



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Ata n.º 366 -----

----- Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel José Santos Pinho, e secretariada pelo Senhor Primeiro Secretário, Arménio de Almeida Cerca, e pela Senhora Segunda Secretária, Anabela Fernandes Monteiro, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

"Período da Ordem do Dia: -----

1. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Primeira Revisão da Carta Educativa do Município de Anadia, de acordo com o estabelecido no art.º 15.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua versão atualizada; -----

2. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização para assunção de compromisso plurianual, e de aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Serviço Público de Transporte de Passageiros, celebrado entre o Município de Anadia e a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, de acordo com a legislação enunciada na referida proposta. -----

----- Período de Intervenção do Público: -----

----- Período de Intervenção do Público nos termos do art.º 37.º do RAMA." -----

----- À sessão compareceram as Senhoras e o Senhores Deputados Municipais dos seguintes Grupos Municipais (GM): -----

- • Manuel José Santos Pinho – GM do MIAP; -----
- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PPD/PSD; -----
- • Manuel de Oliveira Marinha – GM do MIAP; -----
- • João José Rodrigues Gaspar – GM do PPD/PSD; -----
- • Fernando Augusto Rodrigues Barbosa – GM do PS; -----
- • Anabela Fernandes Monteiro – GM do MIAP; -----
- • Carlos Delfim de Almeida Correia – GM do MIAP; -----
- • Graciete da Piedade Seco Vaz de Castro – GM do PPD/PSD; -----
- • Vítor Manuel Santiago Tavares – GM do MIAP; -----
- • Luís Miguel da Silva Ferreira da Fonte – GM do PPD/PSD; -----
- • Marta Susana Taveira Duarte – GM do PS; -----
- • Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva – GM do MIAP; -----
- • Arménio Almeida Cerca – GM do MIAP; -----
- • Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos – PCP; -----
- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PPD/PSD; -----
- • Joaquim Manuel Pereira Almeida – GM do MIAP; -----
- • Ana Cristina Gonçalves dos Reis e Silva – GM do PPD/PSD; -----
- • Marcelino Rasga Ferreira – GM do PS; -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • Ana Paula dos Santos Alves Allen – GM do MIAP; -----
- • Dino Augusto Ferreira Rasga – GM do MIAP e -----
- • Henrique Manuel Lameirinhas de Almeida Rodrigues – GM do PPD/PSD. -----
- Compareceram igualmente à sessão as Senhoras e os Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM: -----
- • Lúcia Maria Rodrigues de Jesus – +PNT – PJF de Avelãs de Caminho; -----
- • José Manuel Oliveira Carvalho – GM do MIAP – PJF de Avelãs de Cima; -----
- • Manuel Augusto de Seabra Salgueiro Neves – GM do PPD/PSD – PJF da Moita; -----
- • Artur Domingos Pires Salvador – GM do PPD/PSD – PJF de Sangalhos; -----
- • Mário Severo de Matos Marinho – GM do MIAP – PJF de São Lourenço do Bairro; -----
- • Nuno Miguel Martins dos Santos – GM do PPD/PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros; ---
- • Carlos Dinis da Silva Torres – GM do MIAP – PJF de Vilarinho do Bairro; -----
- • Ema Paula da Silva Dias Pato – GM do MIAP – PJF da União das Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas; -----
- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do MIAP – PJF da União das Freguesias de Arcos e Mogofores e -----
- • Óscar dos Santos Ventura – GM do MIAP – PJF da União das Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro. -----
- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes elementos: -----
- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – MIAP – Presidente; -----
- • João José Nogueira de Almeida – PPD/PSD – Vereador; -----
- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – MIAP – Vice-Presidente; -----
- • Jennifer Nunes Pereira – MIAP – Vereadora em Regime de Permanência; -----
- • Jorge António Tavares de São José – PPD/PSD – Vereador; -----
- • André Miguel Matos Beja Henriques – PS – Vereador; -----
- • Lino Jorge Cerveira Pintado – MIAP – Vereador em Regime de Permanência. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Então, passados, passados quinze minutos de tolerância, vamos dar início à nossa sessão extraordinária de vinte cinco de novembro de vinte e dois. Cumprimento a Senhora Presidente da Câmara Municipal, os seus vereadores, o plenário da Assembleia Municipal, o público presente e quem nos acompanha através de redes sociais no YouTube, bem como a comunicação social aqui representada. Informo da necessidade da assinatura do Livro de Presenças, assim como da disponibilidade para consulta da correspondência emitida e recebida pela Mesa da Assembleia Municipal, conforme preceitua o artigo vigésimo primeiro, número um, alínea s) do Regimento. -----

----- A Mesa da Assembleia Municipal recebeu os seguintes pedidos de substituição. António Rafael Timóteo por Elisabete Garrido, Elisabete Garrido por Joaquim Manuel Almeida, Nuno Ricardo da Costa Portovedo por Manuel de Oliveira Marinha, verificada a identidade e legitimidade dos Deputados, o número de presenças trinta Deputados e constatada a existência



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de quórum, declaro aberta esta sessão extraordinária da Assembleia Municipal, convocada conforme estipula o artigo vigésimo sétimo do RAMA e cuja organização obedece ao contido nos artigos trinta e seis a trinta e oito do mesmo documento. A ordem de trabalhos foi aprovada pela Mesa da Assembleia Municipal, depois de ouvida a Comissão Permanente. -----

----- São catorze horas e quarenta e sete minutos, portanto, vamos entrar, dada a especificidade da Assembleia, no **Período da Ordem do Dia**, onde consta como **ponto um apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Anadia de primeira revisão da carta educativa do Município de Anadia, de acordo com o estabelecido no artigo décimo quinto do decreto-lei vinte e um de dois mil e dezanove trinta de janeiro, na sua versão atualizada.** -----

----- Darei a palavra à Senhora Presidente para eventual esclarecimento ou algum comentário que queira ter. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Então muito boa tarde a todos. Cumprimento também o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, portanto, e na sua pessoa também a Mesa e os restantes Deputados aqui presentes. Com os colegas do Executivo estivemos já de manhã reunidos em reunião extraordinária e, obviamente, cumprimento igualmente o público presente, os nossos colaboradores e todos aqueles que nos seguem através das redes sociais. Neste primeiro ponto, portanto, trata-se da revisão da carta educativa, um processo que já se iniciou há algum tempo e que, enfim, importa agora dar por concluída, após o parecer da Assembleia Municipal e desde logo, eu iria pedir ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal se podia dar a palavra ao nosso Chefe de Divisão da Educação, gestor também deste procedimento, no sentido de nos dar uma breve apresentação e, portanto, elencar os objetivos da carta, o que levou à revisão da carta educativa, porque se trata no fundo de uma segunda carta e, portanto, pedia-lhe efetivamente a sua disponibilidade para que ele pudesse tomar a palavra. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Com certeza, faça favor. -----

----- **Senhor Dr. Ângelo Santos:** -----

----- Muito bem. Boa tarde a todos. Como a Senhora Presidente referiu esta carta desenvolvesse num tempo mais alargado do que aquele que inicialmente estava previsto, dado que, portanto, iniciou-se num período pré covid, tivemos esse constrangimento grande que, naturalmente, depois também se refletiu naquilo que foi o seu tempo de elaboração e mesmo também algumas questões de conteúdo. Sistematizei aqui algumas informações que tem a ver com aquilo que é, portanto, a caracterização muito simples daquilo que foi a nossa primeira carta educativa, depois da nossa segunda relativamente à revisão e digamos aquelas que são as suas diferenças fundamentais, entre uma e a outra, digamos, aquilo que foram os seus desenvolvimentos relativamente à primeira carta. -----

----- Eu preferi tanto criar aqui então um texto e ler-vos para a informação estar mais sistematizada e não me esquecer de nada daquilo que queria dizer. A carta educativa de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

primeira geração no Município de Anadia data de fevereiro de dois mil e oito, foi a data em que foi homologada pelo Ministério da Educação. A dinâmica da evolução dos últimos anos, quer a nível demográfico e socioeconómico, quer a nível da própria política do sistema educativo e do desenvolvimento local, impuseram necessidades de ajustamento deste instrumento de planeamento e ordenamento da rede educativa à conjuntura e mudanças ocorridas no Concelho. Volvidos cerca de doze anos desde a aprovação do instrumento de primeira geração foi encetado o respetivo processo de revisão à luz da atualização legislativa, combinando a elaboração da carta educativa de segunda geração. Vou fazer então agora algumas referências sobre aquilo que eram seus aspetos fundamentais da carta educativa de primeira geração, estratégia e balanço de execução, portanto, referente à carta antiga. A carta educativa de primeira geração pressupunha uma programação assente em duas fases sequenciais, a primeira designada de configuração transitória, fase um, e a segunda configuração final, fase dois. Àquela data a rede de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico era constituída por um vasto conjunto de equipamentos de pequena dimensão e que não se coadunavam com necessidades educativas entretanto verificadas, dado que as suas condições estruturais não permitiam o desenvolvimento de atividades de enriquecimento curricular, em espaço próprio e adequado, nem, em determinadas situações, o funcionamento em simultâneo de quatro turmas do primeiro CEB, primeiro ciclo do ensino básico. Para suprir tais necessidades, era pressuposto o encerramento de cinquenta e seis estabelecimentos escolares com o respetivo acolhimento em nove novos centros escolares, que se proponham criar, destinados a uma oferta articulada de educação pré-escolar e do um ciclo. A rede idealizada àquela data, pressupunha uma boa cobertura do território concelhio, numa lógica de maior proximidade aos locais de residência das crianças e tinha como base na proposta de capacidade de instalar, toda a evolução que se projetava para a população em idade escolar. Contudo, o cenário evolutivo traçado não veio a confirmar-se, registando-se durante a vigência do instrumento, uma assinalável quebra do número de alunos, de forma transversal aos diferentes níveis de instrução, cenário idêntico ao verificado na generalidade do território português. De facto, as alterações demográficas que se fizeram sentir nas últimas décadas, não exclusivamente no território concelhio, mas em todo o país e também na Europa, têm amplas consequências nas mais diversas áreas da sociedade. A diminuição da natalidade acarreta incontornavelmente implicações ao nível da procura dos equipamentos escolares. Consequentemente, e sendo a carta educativa, por natureza, um instrumento dinâmico, num esforço de adaptação às circunstâncias, nem todas as intervenções consagradas vieram a ser efetivamente implementadas. Fruto do decréscimo acentuado da população em idade escolar, a construção da totalidade dos centros escolares não se justificou, impondo-se um esforço de distribuição mais equitativa dos alunos, aliada à reabilitação dos equipamentos já existentes. Ainda assim, foi significativa a redução no número de estabelecimentos de educação e ensino da educação pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico, a par da criação de cinco centros escolares e da concretização de um conjunto de intervenções de requalificação/beneficiação infraestrutural de equipamentos existentes e que



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

inicialmente não estariam previstos. Num balanço geral, a implementação da carta educativa de primeira geração, não obstante as alterações de trajetória, permitiu suprir necessidades do Concelho e melhorar inequivocamente a qualidade do serviço educativo prestado às crianças e jovens. Relativamente à carta educativa de segunda geração, na sua calibração a estratégia consagrada para a programação da revisão da carta educativa de segunda geração, para além da consonância com a estratégia de desenvolvimento do Concelho, pautou-se por objetivos de revitalização das dinâmicas populacionais, de diversificação do tecido económico local, otimização e racionalização da rede escolar e combate ao abandono e insucesso escolar. Com efeito, a delineação das novas propostas teve subjacentes um conjunto de critérios, nomeadamente, as condições de acesso dos alunos à escola, a adequação da rede de transportes, a cobertura desejável da rede, o número de alunos por turma, a proximidade outros equipamentos e a qualidade ambiental e integração urbanística e na comunidade. Num cenário demográfico já conhecido, o diagnóstico não podia deixar de incluir um exercício prospetivo de evolução da população do Concelho e, em particular, da população em idade escolar. O cenário traçado, num horizonte até dois mil e trinta e um, aponta para um decréscimo expressivo do número de mulheres em idade fértil e, conseqüentemente, do número de crianças e jovens, deixando antever um agravamento progressivo da tendência de envelhecimento populacional. No contexto escrito, tornou-se incontornável colocar no processo de planeamento, a ênfase na racionalização, adaptação, complementaridade e rentabilização dos recursos e espaços existentes, procurando garantir uma cobertura ajustado à realidade, mas também, especialmente nos primeiros níveis de instrução, a desejável proximidade às famílias. As propostas de Intervenção para a reconfiguração da rede educativa assentam, então, em duas fases de ajustamento da programação. Uma primeira e de maior prioridade, com previsão de execução até dois mil e três, dois mil e quatro e a segunda de maior imprevisibilidade, que pressupõe uma sistemática motorização da dinâmica escolar. Relativamente à sua tipologia, as medidas infraestruturais propostas contemplam, essencialmente, intervenções ao nível da requalificação de equipamentos escolares, centradas na rede pública de jardins de infância e de escolas do primeiro ciclo do ensino básico, designadamente a EB de Tamengos, questões relacionadas, naturalmente, com a resposta a nível do pré-escolar, o jardim de infância da Poutena e uma que já está a decorrer, naturalmente, é a intervenção da EB da Moita. A segunda fase agrega, por sua vez, propostas caracterizadas como motorização, referindo-se a escolas cuja evolução do número de alunos se tem revelado significativamente desfavorável, aliada, em determinados casos, à existência de turmas que integram alunos de diferentes anos de escolaridade. Estas escolas serão alvo de uma rigorosa reavaliação anual, no sentido de se aferirem as intervenções concretas a implementar, devidamente fundamentadas pela observância das dinâmicas registadas no Concelho. Encontram-se nestas circunstâncias, o jardim de infância da Mata da Curia, o jardim de infância de Amoreira da Gândaras, a EB do Chãozinho, a EB de Aguium e a EB da Poutena. Transversalmente as propostas natureza infraestrutural, são ainda propostas um conjunto de



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

medidas para a promoção da qualidade e do sucesso educativo e formativo no Concelho e para o incentivo à oferta do ensino profissionalizante. No seu conjunto, são estes os principais vetores estratégicos que pautam a carta educativa de segunda geração de Anadia. A carta educativa de segunda geração é assim documento estratégico de planeamento do sistema educativo, realizado para um período de vigência de dez anos. A implementação das propostas nela previstas será acompanhada por um contínuo processo de monitorização, no sentido da atempada deteção de eventuais desajustes e de alterações da trajetória da realidade concelhia, bem como da avaliação da sua eficácia. Atendendo à importância deste instrumento na gestão e organização escolar, a sua monitorização assumirá um lugar central nas prioridades autárquicas em matéria de educação, como premissa de garantia de qualidade no serviço educativo prestado às nossas crianças e jovens. É exatamente isto que vos queria dizer, portanto, fico à disposição nalguma questão. Faz favor Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Depois daqui desta breve apresentação do Senhor Chefe de Divisão, obviamente, qualquer questão que seja apresentada ao dispor, quer da minha parte quer do Senhor Chefe de Divisão, como há pouco acabou por referir. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado, portanto, passarei então a dar a palavra ao plenário, para qualquer intervenção ou dúvidas que queiram fazer, faz favor Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, cumprimento vossa Excelência, o Executivo e todos os demais que assistem ou que estão presentes nesta assembleia e aproveito por começar por dar os parabéns à parte do que diz respeito à carta educativa, que é realmente um documento extenso, mas não posso deixar de me pronunciar relativamente a algumas, vamos-lhe chamar falhas ou conclusões que poderiam ter sido tomadas se houvesse aqui uma atualização de alguma informação. Para começar e até em termos de enquadramento é preciso ver que isto é um processo foi aprovado em dois mil e dezoito, a sua revisão. A contratação da empresa foi em dois mil e dezanove e estamos em dois mil e vinte e dois, em que em março foi o parecer do Conselho Municipal de Educação e depois em setembro, se não estou em erro, o parecer do Ministério da Educação. E pelo meio, apesar dos problemas que surgiram com a pandemia, o que é certo é que é indicado na ficha que esta carta sofreu dezanove versões. E porquê este enquadramento? Pronto, nós sabemos o quanto ele é um documento dinâmico e está suscetível às variações, quer a nível da população estudantil, quer de outros fatores. E o facto é que alguns dos dados que são referidos na carta, neste momento, estão completamente contextualizados, nomeadamente, por exemplo, o número de crianças nalguns dos estabelecimentos que são entendidos como fazendo parte da segunda fase de prioridade da monitorização, onde houve uma evolução até positiva, no número de miúdos no estabelecimento. Outra situação dirá respeito, por exemplo, à primeira fase de intervenção, onde são propostas a atuação, a intervenção em três estabelecimentos. Ora desses três



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estabelecimentos nós sabemos que um já está concluído, o outro está quase concluído, que é o caso da escola da Moita, a escola de Tamengos já está concluída, falta apenas o Jardim de infância da Poutena. Ou seja, perante estes fatores e muitos outros que nos vêm a acompanhar até, por exemplo, a falta de indicação de outros estabelecimentos que são apontados como possíveis necessidades, quer a nível de refeitório, quer a nível de salas de aula ou até mesmo que são sinalizados como sendo estabelecimentos acolhedores de crianças, para o caso de o ministério se pronunciar desfavoravelmente para a continuidade de certos estabelecimentos, seria de esperar que eles também viessem aqui indicados, provavelmente que iriam sofrer uma intervenção. E isto torna-se ainda mais pertinente quando estamos a analisar, no fundo, aqui um documento que o seu prazo de vigência são dez anos, não é, ou seja, isto define um bocadinho a velha máxima da estratégia a médio e longo prazo que o Município pretende desenvolver numa área tão pertinente como é a educação e que é tão transversal ao desenvolvimento económico e social do Concelho, que é, no fundo, o mote que nos tem trazido aqui em diversas discussões, em diversos documentos estruturantes e este acaba por ser um deles. Perante isto e perante factos mais concretos do que está exposto, eu gostaria de lhe perguntar Senhora Presidente segundo as responsabilidades decorrentes do novo quadro de competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais em matéria de educação, concretizadas pelo decreto-lei vinte e um dois mil e dezanove, de trinta de janeiro, para o período de vigência da carta educativa em revisão e de acordo com a legislação em vigor, constitui uma das responsabilidades das autarquias locais, o recrutamento, a seleção e gestão de pessoal não docente, de todos os níveis de ciclo de ensino, ora o documento agora em análise expõe no quadro sessenta e um, que é a evolução do número de profissionais não docentes do Agrupamento de Escolas de Anadia, por categoria, página cento e quarenta e sete, onde se verifica que a maior perda corresponde efetivamente aos assistentes operacionais. Então o que lhe perguntava era se uma vez que todos sabemos o papel preponderante que os assistentes operacionais têm em contexto de apoio educativo no espaço escolar e decorrente da nova portaria, penso que é a última, em que houve até o reforço das assistentes operacionais nas escolas do primeiro ciclo, uma vez que o rácio foi alterado, perguntava-lhe se estão a ser cumpridos os critérios, se sabe se estão a ser cumpridos os critérios desta nova portaria nas escolas do primeiro ciclo? E se o estão também a ser nos outros níveis de ensino? E já agora se está assegurado o número de assistentes operacionais necessários à satisfação, à satisfação desculpe, das necessidades efetivas e permanentes? Depois perguntar-lhe-ia se, uma vez que esta carta, este documento está um pouco descontextualizado, porque remota ao ano letivo dois mil e dezanove dois mil e vinte, ou seja, há três anos letivos atrás, se há alguma alteração prevista nas intervenções que são previstas fazer na primeira fase, nos estabelecimentos de ensino locais? E, por fim, é proposta a criação e operacionalização de um sistema para recolha, sistematização e avaliação dos dados. Ora essa monitorização contínua dos principais indicadores desta dinâmica que, no fundo, estamos a falar de um documento dinâmico. Quem é que a vai fazer, em que o momento a vai fazer ou que periodicidade é que vai fazer? E já agora



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quais são as entidades que participarão do processo? E sobre monitorização, também se me poder responder, o que é referido na página trezentos e dez, acabo já Senhor Presidente, se já está constituída a tal Comissão de acompanhamento para o desenvolvimento da evolução das novas competências que foram atribuídas ao Município, no âmbito da Educação. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, faz favor Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu iria pedir em primeiro lugar ao Professor Ângelo se quiser responder a algumas questões eu complemento, se fizer favor. Se não se perdeu com tanta questão, mas, pronto. ---

----- **Senhor Dr. Ângelo Santos:** -----

----- Eu vou-me então centrar na questão da atualidade da carta, toda a gente, de facto, portanto, faz ideia de como é que se desenvolve um processo destes, portanto, há várias fases, portanto, exatamente nós foi contratada uma empresa da especialidade que nos ajudasse na elaboração desta carta, foram realmente desenvolvidos um conjunto de inquéritos, junto das escolas, onde realmente fez um diagnóstico de toda a situação e, naturalmente, toda a carta começou a ser trabalhada nesses pressupostos. Entretanto, surge-nos, volto a dizer não justifica tudo, mas surge então o período da pandemia em que pura e simplesmente a carta faz aí um hiato, um hiato naquilo que diz respeito ao seu desenvolvimento e, naturalmente, nós retomamos logo que foi possível começar a trabalhar no documento. No que diz respeito a todo o trabalho que tinha sido feito, de inquéritos das escolas e todo o trabalho que já tinha sido desenvolvido, para nós era quase impossível ter que voltar a fazer ponto zero de toda essa situação e assumimos o quê? Que realmente relativamente a tudo aquilo que era os dados recolhidos a nível de, portanto, de estabelecimento de ensino, tudo aquilo que diz respeito exatamente ao universo escolar, iríamos manter, até porque realmente seria quase missão impossível voltar tudo atrás. Era fazermos ponto zero, no entanto, fez-se aqui um esforço grande e daí também este numa de atualizações que o Senhor Deputado referiu, no que diz respeito, por exemplo, à população em geral em que aí sim fizemos um rewind à carta e foram plasmados já o resultados dos Censos dois mil e vinte e um, portanto, relativamente à população a carta está e às questões que, naturalmente, esse assunto diz especificamente respeito está atualizado. No que diz respeito às propostas também de intervenção, eu esclareço que também está atualizada e, neste momento, quem conhece profundamente a realidade das necessidades do nosso Concelho, no que diz respeito às questões infraestruturais, é exatamente isso que se passa, nós precisamos e permitam-me realmente toda a frontalidade, nós precisamos realmente de resolver questões relacionadas com o jardim de infância da Poutena, precisamos resolver as questões e não está acabado o centro escolar de Tamengos, sim Senhora, concluiu-se uma primeira fase, mas dada a afluência de crianças, neste momento, à necessidade de mais respostas a nível do pré-escolar, está lá como necessidade e verifica-se essa necessidade e com foi referido a Moita não está acabado está em desenvolvimento, portanto, nesta primeira fase é isso que precisa, a carta está a atual e realmente é um



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

instrumento que, neste momento, podemos seguir, garantida a atualidade das da situação. ----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Professor. Faz favor Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Pronto, eu tinha aqui efetivamente apontado a questão de algumas razões dos hiatos de tempo e o Professor Ângelo já o referiu para além da pandemia. Depois a questão dos Censos em que efetivamente já tínhamos o documento fechado e entendemos que não fazia sentido nenhum se não fizéssemos essa atualização, com mais algum custo acrescido, relativamente à adjudicação que já tinha sido feito, mas fazia todo o sentido fazer essa atualização e assim aconteceu. Depois também na questão das intervenções nos estabelecimentos já está, já foi também referida e, aliás, ainda hoje em reunião de Câmara também referi precisamente estas situações que são as prioridades. E na questão do recrutamento de pessoal, pronto, saiu a portaria, está definido um rácio que não é por ciclo de ensino, mas um rácio para o agrupamento, que eram noventa, portanto, noventa operacionais e são esses noventa que o Ministério da Educação paga ao Município de Anadia, sendo que nós já tínhamos um número bastante elevado de operacionais por contratação, por tempo determinado, depois passaram a indeterminado e continuamos a ter ainda algumas por tempo determinado, como, aliás, dentro de dias, poderão ver, nomeadamente, no documento, no mapa de pessoal, apenso também ao orçamento que chegará às vossas mãos para aprovar. Portanto, a portaria alterou passou para noventa e cinco, mas dizer-vos que nós temos quarenta e sete operacionais afetos às escolas a mais, ou seja, a mais dos noventa embora, neste momento, o agrupamento tem à volta de oitenta e nós temos quarenta e sete, portanto, estamos com um número acima do rácio, sendo que o Ministério de Educação pagava noventa e supostamente irá pagar noventa e cinco. Todos aqueles que estão para além dos noventa ou dos noventa e cinco, o Município assume o encargo e continuará a assumir, mesmo com algumas situações, de pessoas, nomeadamente, que estão afetas ao Agrupamento de Escolas que estão em regime de substituição de outras pessoas que estão de baixa prolongada, que quando essas pessoas, se é que algum dia virão para o serviço, porque elas estão num regime de contratação um bocadinho esquisito, mas é assim que está é por tempo indeterminado, mas e as outras Senhora chegarem ao serviço, essas terão que ir embora e a minha pergunta é e depois quem é que vai indemnizar essas pessoas, não é? Porque se vão umas embora e vêm as outras que estão de baixa já há bastante tempo, quando essas regressarem as outras tem que ir embora, quem é que as indemnize, pronto, isto é todo um processo muito complicado, mas, pronto, para lhe dizer que efetivamente estamos a assumir um número de assistentes operacionais muito acima, efetivamente, daquilo que é o rácio que até ontem eram noventa, com a portaria serão noventa e cinco para o universo do Agrupamento Escolar. Pronto, quanto à questão da monitorização dos dados, para já quem irá fazer é a Câmara Municipal, dentro das suas atribuições e dentro dos recursos que temos disponíveis, se, porventura, enfim, toda esta situação for um bocadinho mais complexa, obviamente, que teremos que fazer externamente. Mas para fazer com alguém



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

externo há sempre um problema que estão sempre à espera que nós lhes demos os dados, ou seja, temos um consultor para nós lhes darmos a informação e então vamos tentar efetivamente, com os nossos recursos internos e neste acompanhamento de proximidade, fazer essa mesma monitorização. Comissão de Acompanhamento da Descentralização. Ela já está no terreno, ela existe, já tivemos algumas reuniões e, portanto, nessas reuniões tenho estado eu presente, a Senhora Vereadora, o Senhor Chefe de Divisão, o Diretor do Agrupamento, também alguém com a responsabilidade assistente técnico também dos serviços e os representantes da DGEST. Portanto, são as pessoas que fazem parte da Comissão e ou a Senhora Diretora, quando a Senhora diretora não vem, portanto, vêm sempre as outras pessoas e, portanto, neste momento, cabe-me a mim a convocar essas mesmas reuniões da Comissão de Acompanhamento. Não sei se existe mais alguma dúvida, mas pronto, se houver aqui alguma falha a uma resposta, depois mais à frente daremos essa informação. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Vou dar a palavra ao Senhor Presidente de Junta Artur Salvador, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, boa tarde a todos, permita que em si cumprimento toda a Assembleia, o público presente, meios de comunicação, quem nos ouve lá em casa e também aos funcionários da autarquia aqui presentes, também com especial cumprimento ao Professor Ângelo Santos pelas diligências e explicações que aqui trouxe. Este é um documento que encerra um contexto importantíssimo para Anadia, para o País, mas para Anadia naquilo que nos diz respeito à educação, obviamente, que quando temos aqui um documento que trata um contexto de evolução educativa, não só de estruturas, mas também de modelo de gestão participada, de Agrupamento, escolas, pais, alunos, todos envolvidos na comunidade escolar, uma década parece muito e não é. Tanto não é que e conforme dizia o Professor Ângelo Santos, na primeira versão da carta educativa, começámos com bastantes carências a nível de infraestruturas, que foram corrigidas ao longo da década e isso está presente naquilo que é visível para todos e independentemente da carta vir só nesta data, quando a década já passou há três anos, o que é certo é que a Câmara Municipal de Anadia não para o investimento, continuou a fazer investimento nesta área e continuará a fazer conforme aqui foi descrito nos elementos e, portanto, me parece que a carta educativa chega nesta altura, chega também coincidentemente com os dados censitários que agora foram tornados públicos como definitivos e isto coloca-nos uma, uma questão que é conhecida, ela não apareceu agora e também tem espelho nos últimos dez anos, que tem a ver com a nossa população nacional, a nossa população ao nível do Concelho e a nossa população com impacto direto nas Freguesias e, portanto, se perdemos população, se perdemos também a devida compensação dos jovens, crianças e jovens, as metas para dois mil e trinta e um também não abonam em favor, porque, de facto, não há nenhum milagre que, no fundo, faça o adensar da componente humana nas



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nossas comunidades e, portanto, temos esta dificuldade de perceber como é que nós melhorando as estruturas, melhorando os modelos de gestão, podemos, no fundo, também ao mesmo tempo ir trabalhando para o aumento no setor da natalidade e com isso mais crianças e jovens em Anadia. E, portanto, eu diria que a carta educativa foi encerrada, foi apresentada, ela bem a esta assembleia. Diria que é um documento que está permanentemente desatualizado, porque por força das circunstâncias, qualquer alteração que exista ao nível do Governo, Ministério da Educação, mesmo a nível local, induzia logo uma alteração e, portanto, são metas que nós temos aqui importantes, para perceber que, de facto, nos últimos dez anos evoluímos e muito, o caminho para a frente é muito e denso e, portanto, ele só vai resultar, de facto, houver esta integração de uma moldura humana capaz de gerir com a qualidade tudo aquilo que se vai passando ao nível do Concelho e com isso possa ir melhorando também uma série de políticas municipais e nas Freguesias. E com isto quero dizer que, de facto, aprecio e bem este este modelo que a autarquia aqui traz hoje, que é apostar nos recursos internos para gerir o modelo. Acho que é uma aposta, uma aposta ganha, se bem que e aqui como é manifesto alocar um só elemento à gestão deste processo parece-me que é curto, porque o trabalho é hercúleo, mas ainda assim é melhor ter um que nenhum e também é melhor ter um a trabalhar internamente, que conhece os mecanismos e consegue, se for necessário, gerar equipas para dar resposta a um outro segmento, sempre é preferível do que estar a trabalhar recursos municipais para entregar a um externo que depois vai produzir um documento de relatório. E, portanto, é importante que o Município tenha esta abordagem, é de louvar que a estratégia esteja centrada dentro de casa, acho que é um passo importante. É importante também envolver cada vez mais atores locais e terminaria só focando um ponto. Claro que concordo que tenham que haver equipas multidisciplinares e concordo que a carta educativa faça uma menção, se bem que muito singela e superficial, à participação das Juntas de Freguesia como entidades também que são chamadas a este processo. Como não é explicado o que é que se pretende das Juntas de Freguesia, como as Juntas de Freguesia também não tem nenhuma delegação de competências nesta área e falo pela minha e embora tenhamos cada um individualmente alguma presença em complemento com os nossos centros escolares e a comunidade educativa, promovendo, no fundo, às vezes investimentos complementares, etcetera. A pergunta que me parece que é justa, neste momento, é perceber qual é o papel das Juntas de Freguesia neste momento, e daqui até dois mil e trinta? O que é que eventualmente poderá ser pedido às Juntas de Freguesia e de que maneira é que as Juntas de Freguesia podem também ser aqui parte ativa neste modelo, que é absolutamente essencial e estruturante para o Município onde se pretende que as pessoas se sintam bem, que invistam, que vivam cá, que usufruam do nosso Município e também ao estudar cá que possam sair e voltar para aqui fazerem a sua vida, portanto, acho que e termino dar os parabéns, no fundo, à Câmara e a todos os envolvidos na produção deste documento, não fosse uma pandemia pelo meio e este teríamos feito a abordagem em dois mil e dezoito, dezanove, portanto, acho que, apesar de tudo isso, com a atualização dos dados censitário, ficamos com um documento mais estruturado. Claro que os problemas que surgem



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da eficácia da aplicação deste documento, seja ao nível da contratação de recursos, seja ao nível de construção e melhoramento das estruturas, são indicadores que nunca vão ter fim. Quando se acabar uma estrutura de construir passado algum tempo, que é o que já está a acontecer, é preciso requalificar e contar permanentemente com investimento. Portanto, a pergunta que ficava as Juntas de Freguesia qual é o papel, neste momento? Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente quer comentar ou quer responder? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Responder e complementar alguma informação, obviamente que a carta educativa tem um período de vinte de vigência, os dez anos e nestes dez anos, como disse e bem, parece muito tempo, mas é pouco tempo que isto passa a correr e muita coisa se altera em dez anos e foi aquilo que aconteceu, nomeadamente, na outra com a anterior carta educativa, que estava previsto não sei quantos centros escolares e, enfim, fruto desta oscilação e destas alterações, nomeadamente ao nível demográfico. As coisas mudaram e continuam a mudar no dia a dia, porque, efetivamente nós já tivemos investimentos nalgumas escolas em que apostamos na requalificação e quando vamos a requalificar, só são precisas três salas, então temos três salas para o primeiro ciclo, uma sala para o pré-escolar, outra sala para a parte informática e a outra para outra coisa. E no dia da inauguração aquilo que vimos a constatar é que afinal contas precisamos das quatro salas para o primeiro ciclo e já só sobra uma para isto e para aquilo. Mas isso é naquele ano, no ano seguinte as coisas alteram-se e então já sobra mais uma sala, enfim, e isto tem acontecido com alguma frequência, nomeadamente nalgumas escolas, por exemplo, o caso da Moita que está em obras, pronto, tem duas, mais duas salas, neste momento tem três salas, vamos ver quando a escola passar, portanto, os meninos passarem para o edifício novo, ainda será com certeza neste ano letivo, mas no próximo ano letivo perceber se se mantém ou se há alterações. Isto aconteceu, por exemplo, também em Tamengos em que tínhamos quatro salas e fizemos um edifício novo, para dar apoio, obviamente, o que aconteceu é que no ano seguinte já são precisas quatro salas para o primeiro ciclo e o pré-escolar ao passar para o outro edifício, pois já as condições são insuficientes para, enfim, para terem alguma qualidade e aí mais uma vez o pré-escolar e digo mais uma vez, porque no período das obras o pré-escolar contou com a disponibilidade da Junta de Freguesia de Tamengos que acolheu os meninos, portanto, nesse período e, portanto, o pré-escolar regressou novamente às instalações do edifício da Junta de Freguesia ou da antiga extensão de saúde de Tamengos. E, portanto, há aqui algumas oscilações. Como também no pré-escolar o Jardim de infância de Vilarinho já esteve fechado, depois abriu com duas, três crianças, depois passa a sete, depois passa a dezassete, agora está com dez. Portanto, de um ano para o outro há oscilações, como o caso da Poutena que teve dois lugares, passou a um e agora tem dois e pronto, estão ali quer o Jardim de infância quer a escola da Poutena na fronteira, serve não só o nosso Concelho mas também, enfim, toda aquela franja, portanto, ali limítrofe e, obviamente, consegue manter um número equilibrado ao nível do primeiro ciclo e ao



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nível do pré-escolar, enfim, com as suas oscilações, como também é sentido pelo próprio centro social, que está lá e, pronto, e que têm sido nossos parceiros também na prestação de serviços, portanto, isto é, efetivamente, tem algumas variações. Depois, mesmo neste período, eu ainda esta semana estive no Agrupamento de Escolas e dizia-nos o Diretor, Senhora Presidente sabe que temos aqui trezentos e trinta alunos estrangeiros? Portanto, estes trezentos e tal alunos estrangeiros, cento e oitenta de nacionalidade brasileira, trinta e dois da Venezuela, mais trinta e dois ucranianos, outro do Nepal, outros do Sri Lanka, outros não sei quê, portanto, há aqui muitas oscilações e, portanto, quando nós pensamos que o processo está fechado, claro que não está fechado e, portanto, a própria oscilação, quer pela variação do índice demográfico, quer com esta oscilação também ao nível da imigração e da migração, temos aqui variações e, portanto, nunca será um processo fechado de todo e, portanto, temos que ter abertura para que, se for necessário e se a carta educativa tiver necessidade de se ajustar a outra realidade, não precisa de estar à espera dos dez anos para se atualizar, até porque estamos com este processo de descentralização, enfim, um bocadinho aqui a tentar perceber também o que é que vai acontecer, porque ainda estamos no princípio, enfim, deste processo. Portanto, isto para dizer que a carta é o que é, mas como qualquer plano, deve estar sujeito, obviamente, à monitorização, porque para isso é que deve existir e não é por uma pessoa, nós temos uma equipa da Educação e, portanto, não é um elemento, são mais que um elemento. Logicamente um pode estar afeto, mas a equipa tem que efetivamente funcionar. Quanto à questão da envolvimento das Juntas de Freguesia, também quero dizer que no Concelho de Educação por onde já passou a carta educativa, temos a representação dos Senhores Presidentes de Junta no Concelho de Educação, portanto, no caso em concreto o Presidente da Junta de Vilarinho do Bairro, que eu acho que já esteve no outro mandato e está a neste mandato. Quanto às competências das Juntas de Freguesia, as Juntas de Freguesia têm as suas competências definidas no respetivo decreto-lei. Agora há o processo de descentralização e há as suas competências próprias e se forem ver nas suas competências próprias, percebem o que é que podem fazer e muitas vezes, vocês que estão mais próximos e acontece agora um bocadinho menos, no passado era mais frequente, sobretudo com tínhamos uma série de escolas a funcionar, Com os Centros Escolares alterou-se um bocadinho mais, porque as escolas também com outra dimensão, também mais recentes não têm tantas necessidades, mas nas outras escolas era muito frequente baterem à porta do Senhor Presidente da Junta e dizer olhe partiu-se um vidro, tenho uma lâmpada fundida, está aqui uma torneira avariada, há aqui uma fechadura que não fecha ou precisamos do Jardim limpo. E, portanto, isto para dizer que os Senhores Presidentes de Junta podem estar sempre disponíveis para exercer, obviamente, esta intervenção a par vocês se conhecem o vosso território também serão conhecedores também das solicitações, das necessidades, das preocupações, que podem fazer chegar ao Município e faz parte e, portanto, nesse sentido e em proximidade estaremos aqui a articular. Portanto, estava eu a ler aqui no artigo trinta e oito, novas competências dos órgãos de Freguesia, a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ciclo do ensino básico nalgumas Freguesias, hoje já praticamente não sentem isso, como disse, porque os centros escolares a realidade hoje já é sentida e, portanto, é muito. Os próprios professores já ligam diretamente para a Câmara a não ser que haja uma coisa mais pequenita que chegue, façam chegar à Junta de Freguesia, mas pronto, são estas as intervenções que vocês podem estar sempre disponíveis para o fazer, se tiverem meios para o fazer e quando digo meios é sobretudo, muitas vezes, os recursos, porque para nós é muito complicado, quando às vezes é preciso ir substituir uma lâmpada, agora já temos electricista, mas por exemplo carpinteiro não temos e, portanto, é preciso arranjar uma fechadura já é um bocadinho mais complicado, pronto, a relva também já temos, enfim, também outra forma de chegar lá, mas pronto, tudo o que os Senhores Presidente de Junta queiram fazer para além das vossas competências, nós ficamos gratos, nós Câmara Municipal, assim como vocês em relação a nós. -

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Marcelino Rasga, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Marcelino Rasga, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Senhor Presidente da Assembleia e respetiva Mesa, Senhora Presidente da Câmara e vereadores, Senhores Deputados Presidentes de Junta, Senhores órgãos de comunicação social e público que nos assiste em presente e online. A carta educativa que o Município nos apresenta constitui um trabalho de nível elevado, não só no campo socioeducativo, mas também no campo sociodemográfico, abrangendo um conjunto de informações que permitem conhecer o Concelho. Senhor Presidente da Assembleia na página trinta, penso que as zonas A e B estão trocadas porque diz nascente A, quando deveria ser poente. Portanto, há aqui uma troca de página trinta poente e nascente. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Está-se a referir à coloração do gráfico é? -----

----- **Senhor Deputado Municipal Marcelino Rasga, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Não estou a dizer à definição da zona A como sendo Poutena ou Avelãs de Cima, quando elas estão trocadas, quando está a falar de Vilarinho e diz poente quando está a falar de Avelãs de Cima, página trinta. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Pronto, mas é na figura dois é? -----

----- **Senhor Deputado Municipal Marcelino Rasga, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Está no articulado e está na própria figura. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Moita está correto há um erro, um lapso. Já está corrigido? Muito obrigado. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Marcelino Rasga, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Muito obrigado, portanto, e diria eu os números e percentagens que se utilizam e que irei atualizar na minha exposição são os que constam na carta educativa e evidenciam as políticas camarárias no Concelho entre revisões. Resumo alguns destes pontos. Ponto um população do



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Concelho, alínea a) relativamente à população residente no Concelho, verifica-se um decréscimo de quatro mil e trezentos, quatro mil e treze residentes, no período de vinte anos, de dois mil e um a dois mil e vinte e um. Alínea b) A natalidade, em dois mil e onze era de seis ponto, seis vírgula nove por mil e em dois mil e vinte de cinco vírgula sete por mil da população residente, muito inferior às percentagens a nível regional e nacional. Alínea c) mortalidade, em dois mil e onze era dez ponto nove por mil e em dois mil e vinte catorze ponto três por mil, enquanto a nível nacional era de nove ponto oito e doze ponto um por mil. Verifica-se que o Concelho de Anadia apresenta as taxas mais elevadas a nível nacional e regional. Alínea d) a carta educativa faz uma projeção da possível evolução da população residente entre dois mil e onze e dois mil e trinta e um, em que prevê uma perda de quatro mil quatrocentos e cinquenta e cinco residentes, admitindo assim que em dois mil e trinta e um, teremos vinte e quatro mil seiscentas e noventa e cinco, sendo onze mil oitocentos e oito de quatro homens e doze mil oitocentos e oitenta e um mulheres. Em suma, no futuro, considerando o cálculo demográfico efetuado, antevê-se uma intensificação do fenómeno de envelhecimento populacional. Este cenário evolutivo representa um importante desafio para a autarquia na adequação dos seus serviços, nas infraestruturas, na resolução de problemas de exclusão, no isolamento social, no envelhecimento ativo, conforme preconiza a Organização Mundial da Saúde. Ponto dois a dinâmica escolar, o estudo os indicadores permite-nos traçar o processo evolutivo dos diferentes ciclos escolares do Concelho. Assim, alínea a) o número de crianças e alunos. A rede pública é de dois mil e vinte, dois mil e um, dois mil e um e o e vinte teve um decréscimo de cento e oitenta e um alunos. Em dois mil e onze a dois mil e vinte, o privado teve um decréscimo de quatrocentos e vinte alunos, sendo o total de crianças e alunos no público e privado de três mil oitocentos e sessenta e oito, no ano letivo de dois mil e dezanove e dois mil e vinte. Alínea b) evolução do número de crianças e alunos nos vários patamares de ensino no ano dois mil e dezanove e dois mil e vinte. No pré-escolar é crescente, no ensino básico, primeiro ciclo, segundo ciclo e terceiro ciclo há uma redução do número de frequências. No ensino secundário há um aumento de cento e setenta e duas frequências. No ensino profissional há uma redução do número de frequências. O ensino recorrente não foi ministrado, o ensino artístico não existe, o ensino, perdão, o ensino artístico não existe. No ensino de necessidades recorrentes há um acréscimo substancial no total de duzentos e trinta utentes. Educação e formação de adultos há um, há um acréscimo progressivo também de duzentos e quarenta e dois inscritos. Na previsão, previsão que a própria carta educação diz. Face à evolução da população escolar descrita a carta educativa aponta para uma diminuição considerável da população residente em idade escolar no Concelho de Anadia até dois mil e trinta e um, em que conjectura uma quebra total de mil quatrocentos e vinte e três alunos, entre os três e os dezassete anos de idade. qualidade, qualidades das instalações. Peço desculpa. Terceiro qualidade das instalações, espaços exteriores e de apoio. A caracterização dos equipamentos existentes publicita, possibilita o diagnóstico das principais potencialidades e fragilidades que cada equipamento apresenta. Contabilizam-se nos dezoito estabelecimentos de ensino o total



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de cento e setenta e três salas de aula, sendo que dezoito destinam-se à educação pré-escolar, cento e vinte ao primeiro, segundo e terceiro ciclo do ensino básico e trinta e cinco ao ensino secundário. Como a informação, tendo como a informação o Município de Anadia e analisando os gráficos, vários gráficos expostos, alínea a) verifica-se que existem escolas sem recreio, sem biblioteca, sem aquecimento, sem salas de trabalhos manuais, sem instalações desportivas. Alínea b) a análise da taxa de ocupação permite constatar a inexistência de saturação. Alínea c) necessidade de renovação global das instalações da EB da Moita, penso que está em curso. Alínea c) substituição do mobiliário da sala de aula do jardim de infância de Vila Nova de Monsarros e Moita. Alínea d) substituição do mobiliário do refeitório do jardim de infância de Vilarinho do Bairro. Alínea g) necessidade de pequenas reparações exteriores em oito escolas. Alínea h) necessidade de pequenas reparações interiores em oito escolas. Alínea i) grandes necessidades de reparação no Jardim de infância da Poutena. Senhora Presidente face ao exposto, gostaríamos que nos informasse tem o Município previstas algumas medidas para combater o decréscimo de população ativa? Alínea c), alínea a) dado que as necessidades de intervenção nas escolas são preconizadas pela Câmara Municipal de Anadia, tem alguma data para a sua execução? Nos quadros, nos quadros existentes da carta educativa existem escolas a construir, a intervencionar, portanto, são para manter? Exceção da Moita e Tamengos que estão em curso. Existem outras, -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Queira terminar Senhor Deputado. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Marcelino Rasga, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- E Senhora Presidente, para finalizar, para finalizar o que pensava se vivesse num Município com decréscimo acentuado da população residente, quebra da densidade populacional superior à registada a nível regional e nacional? Reduzidos níveis de qualificação da população abaixo dos verificados no contexto regional e nacional? Taxa de natalidade substancialmente abaixo da regional e nacional? Decréscimo da população jovem e índice de juventude significativamente inferior à média regional e nacional? Taxa de analfabetismo, repito, analfabetismo superior à média nacional? Ausência de oferta generalizada de centros de apoio à aprendizagem e inclusão? Impossibilidade de renovação de gerações? Aumento da proporção da população dependente e inativa? Índice de envelhecimento superior ao regional e nacional? Portanto, estes dados foram retirados da carta educativa nas páginas duzentos e dois, duzentos e três. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Marcelino Rasga, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Este é o Município de Anadia onde a Senhora Presidente é Presidente. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado. Dou a palavra à Senhora Presidente a fim de responder às solicitações do Senhor Deputado, faz favor. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Olhe, este é um Município onde eu sou Presidente e é o Município onde eu vivo. Mas perante a descrição e a entoação com que o Senhor Deputado fez a leitura do seu documento, diria eu acho que vou emigrar também. Porque isto é tudo tão mau, tão mau da forma como o descreve que efetivamente dá a impressão que não vivemos também no mesmo país, mas vivemos na Europa. Dizer Senhor Deputado que nós não escondemos dados, evidentemente, o Senhor leu uma carta educativa são os dados dos Censos, mas que reflete efetivamente que o nosso Município tem um índice de envelhecimento, enfim, com uma taxa efetivamente elevada, que temos um menor índice de natalidade. Mas também lhe dizer que vivemos em Portugal e, portanto, Portugal de acordo com os Censos dois mil e vinte e um perdeu pela primeira vez em cinquenta anos, mais de duzentos mil habitantes, portanto, vivemos no mesmo país. Se me perguntar mas está confortável com isto, não estou, nós gostávamos, obviamente, de ter a população mais jovem, que houvessem mais crianças a nascer, claro que sim, no país inteiro e por isso mesmo preconizamos medidas a Câmara Municipal, portanto, preconizou medidas de apoio às famílias, de apoio de incentivo à natalidade, enfim, para que as famílias se sentissem efetivamente apoiadas com apoios sociais ao nível da escola, enfim, com o apoio aos manuais escolares, apoio na refeição e por aí fora e muitos outros apoios que estar aqui a descrevê-los. Efetivamente fizemos também um grande investimento no Parque escolar, portanto, hoje temos escolas, enfim, com mais conforto, mais arejadas, mais iluminadas, com outras condições, em relação àquilo que eram as escolas do passado. Mas os fundos também não duram sempre e também entendemos que a política de construção de novos centros escolares foi muito importante, mas também era importante intervir na requalificação de escolas, também ao nível das aldeias e naquelas que estão bem próximas das instituições. E foi isso que fizemos e apostámos efetivamente na requalificação de várias escolas, como sejam Aguium, como foi em Tamengos, como fizemos também mesmo na Poutena, como estamos a fazer na Moita e por aí fora. E, portanto, claramente ganhámos qualidade no nosso parque escolar e isso está a olhos vistos e, portanto, dizer que está tudo feito, não, mas também se tivesse tudo feito para que é que tínhamos aqui hoje uma carta educativa, não valia a pena para quê, não é preciso plano nenhum, está tudo feito, arrumamos as botas e pronto e não há mais nada a fazer. É para isso que efetivamente temos que continuar a trabalhar, não só para ainda requalificar aquilo que falta requalificar e agora, sobretudo, voltados também para o pré-escolar, onde as escolas estão a funcionar. Tivemos inclusivamente o cuidado, temos tido o cuidado de entregar as escolas desativadas, que é património Municipal e colocá-las à disposição das associações, para que este património também se possa ir preservando. Agora Senhor Deputado se está tudo feito. Claro que não está, iremos continuar a trabalhar nesse sentido, aliás hoje manhã aprovámos o orçamento Municipal, por maioria, mas é o orçamento da Câmara Municipal e, portanto, estão lá elencadas também algumas propostas que se calhar, quando chegar aqui já estão desatualizadas, porque ainda ontem, enfim, temos um do novo desafio para outros investimentos e, portanto, não deixaremos de aproveitar as oportunidades sempre que elas surgirem, porque o orçamento Municipal também não se pode esgotar só numa área, portanto,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tem que ser abrangente e desde logo, fazemos a gestão em função da disponibilidade que vamos tendo e das oportunidades que vão surgindo. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ou melhor indago o Senhor Deputado Marcelino Rasga para que efeito é que quer? O Senhor pediu, pediu o direito de resposta ainda não tinha sido respondida pela Senhora Presidente nada. Relativamente ao país ser nosso ou não? Faz favor, faz favor, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Marcelino Rasga, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Senhora Presidente, eu sou português, vivo em Anadia e tenho que lhe recordar que a Senhora foi vereadora durante doze anos, é Presidente há nove anos. Portanto, e os dados que eu lhe transmiti são os que constam na carta educativa, foi esses que lhe informei o que lá está, não inventei nada. Limitei-me a transmitir o que lá está, a sua responsabilidade sobre a execução da carta é total. Se os dados estão errados, portanto, deve corrigi-los para que eu possa voltar atrás na minha opinião. Portanto, e repito, eu tenho que analisar o que me é transmitido. Uma coisa que me chocou profundamente é que Anadia tenha uma taxa de analfabetismo superior ao regional e ao nacional. Isso chocou-me o resto é dinâmico, conforme a carta educativa diz, é dinâmico e pode ser corrigido. Outra coisa eu lhe digo que não sei se reparou nos quadros, nos quadros, em relação à população residente em relação à população a nível escolar, dos três aos dezassete anos. Avelãs de Caminho tem a única taxa significativa positiva significativa, isto deveu-se a políticas consentâneas com o Município e a Junta de Freguesia de Avelãs, no final do século vinte e que hoje estão a surtir efeitos a nível concelhio, portanto, o que eu tenho a dizer é se é somente isto. Limitei-me a traduzir a carta educativa, se ela está errada A si compete-lhe fazer a alteração. Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente quer tecer comentário? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Não. Só dizer que o Senhor Deputado quis mais um momento de palco para reforçar aquilo que tinha dito, basicamente, até porque eu efetivamente, eu não o interrompi e, portanto, agradeço Senhor Deputado que também me respeite. Só dizer que eu disse e bem, que os dados que estão na carta educativa são reais, ponto final e, portanto, não temos nada a esconder são os dados dos Censos. Agora dizer que temos um índice de envelhecimento elevado, temos sim Senhor e temos o índice de natalidade baixo, temos sim Senhor. Eu disse isso, portanto, não vale a pena voltar outra vez a reforçar aquilo que o Senhor disse e aquilo que eu reforço, mas a nossa realidade não é muito diferente da realidade do país. Foi isso que eu tentei dizer e, portanto, não vamos querer dizer que isto só acontece em Anadia, acontece em Anadia, como acontece no país inteiro, que, efetivamente, temos um índice de envelhecimento grande. Uns Municípios mais outros Municípios menos, mas, na realidade, o país está mais envelhecido. Depois dizer ó Senhor Deputado quando Senhor diz a taxa de analfabetismo é elevada. Sim também fruto da nossa taxa de envelhecimento, quanto maior for



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a nossa taxa de envelhecimento maior é a taxa de analfabetismo. Mas também é verdade que se há Município onde efetivamente tem feito grandes progressos para que o ensino seja o mais abrangente possível é no Município de Anadia, que não compete a nós mas com a possibilidade que o próprio agrupamento tem de alargar, primeiro, porque se alarga o ensino até ao décimo segundo ano, enfim, que eu também, não é que eu concorde muito bem com essa regra, porque, enfim, alguns não andam lá a fazer nada, mas pronto, saem de lá e andam na escola e enquanto andam na escola, pronto, ocupam o tempo. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Senhora Presidente está a usufruir de tempo cedido pelo MIAP. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- E só dizer, pronto, eu podia estar aqui a falar no centro qualifica, enfim, para a população de mais idade e por aí fora, mas muito se tem feito e, portanto, pronto, não vale a pena então estender-me para não perder o tempo todo e tirar o tempo todo à minha bancada. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado. Vou dar a palavra o Senhor Deputado Dino Rasga, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Dino Rasga, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente. Saúdo o Senhor Presidente da Assembleia e restante Mesa, Senhora Presidente da Câmara e restante Executivo, Senhores Deputados, público presente e os que nos seguem via internet. Igualmente os representantes da comunicação. Nesta altura depois da excelente apresentação feita pelo Senhor Professor Ângelo. Completada ou complementada com uma boa intervenção do Senhor Artur Salvador, penso que esvaziámos grande parte das coisas que poderíamos querer dizer nesta altura da sobre este, portanto, esta problemática. No entanto, registei aqui algumas coisas de algumas intervenções que já vimos aqui. Por exemplo a data ou a época em que a carta, portanto, se baseia, portanto, já foi aqui devidamente esclarecido pelo Professor Ângelo que aquilo que está lá, de facto, já está ultrapassado porque foi atualizado aos censos que foi conhecido praticamente há uma semana em termos gerais, conhecíamos antes, mas em termos oficiais, digamos assim, foi há um dia ou dois. Sobre o problema de que foi aqui falado de da população, da redução de população e outras situações anexas, eu tive o cuidado, portanto, de há dias a consultar os Censos atuais e aquilo que foi conhecido, o tal Portugal. Eu só tenho percentagens no tenho números, porque penso que isso é fastidioso, Portugal perdeu dois vírgula um por cento de população. Pronto, então fazemos as contas porque são os tais duzentos mil que que penso que há pouco foi aqui referido. No entanto, isto é assimétrico e não podemos parar aqui só nesta leitura, porque a população em Lisboa e penso que Lisboa chamam Lisboa a toda aquela zona, a chamada Grande Lisboa, segundo parece, não diminuiu, cresceu, cresceu segundo se diz, um vírgula sete por cento. O Algarve, não sei se será aqueles ingleses que vêm para cá que foram contabilizados, subiu três vírgula seis por cento. O que quer dizer que a percentagem que é atribuída ao restante país está inquinada porque Lisboa subiu, se tivesse descido os tais um vírgula sete por cento, teria sido menor a subida nas outras zonas do país. Portanto, daí que a



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

leitura feita deste decréscimo é de facto, portanto, fica um bocado prejudicado, se virmos de uma maneira muito generalizada ou muito genérica. Foi também dito que, claro que tenho aqui um apontamento, este documento é um documento dinâmico e já foi aqui referido várias vezes, amanhã há situações que estarão ultrapassadas, mas a dinâmica que o próprio documento implica, irá fazer o ajustamento correto e quem tem que tomar decisões neste momento, já vimos aqui, serão sempre os serviços da Câmara Municipal, terá que tomar a decisão com a nova abordagem com a nova conhecimento que temos. Por acaso foi aqui também referido que não temos no nosso Concelho, portanto, a questão do envelhecimento que e, portanto, de alguma, de alguma quebra ou falha em temos das aprendizagens. Há vários anos que no Concelho de Anadia se começou a trabalhar nas chamadas novas oportunidades, tive a oportunidade de ser o Diretor das novas oportunidades da escola durante os anos que ela existiu até terminar, mas foi agora substituída e a funcionar bem, que tenho a certeza disso porque conheço os profissionais que lá estão, a funcionar bem o centro qualifica que tem situações e creiam, podem ter a certeza, porque que nessa altura e agora as coisas não são diferentes, tem-se vindo a atacar, de facto, esse problema especialmente em populações mais idosas e qualificar ou requalifica-las, digamos assim, aproximando as suas capacidades à realidade, porque muitos deles são efetivamente pessoas que são ditas, que são analfabetas, mas quando vamos analisar o seu grau de enriquecimento ao longo dos anos, chegámos à conclusão que elas afinal não são tão analfabetas, porque elas já conseguem ter, falta-lhes se calhar uma coisa que é o diploma, o certificado, isso a alguns falta, porque na altura eles tiraram a terceira classe ou a quarta ou eventualmente menos, mas, entretanto, a vivência, o trabalho, a evolução que tiveram nos seus trabalhos todos os dias vieram a conseguir melhorar e, portanto, não podemos já dizer que elas são analfabetos, porque elas, afinal, já tem qualificações que poderão ser contabilizadas e faltar-lhe-á que é aquilo que que, no fundo, o centro qualifica vai fazer atualmente, vai fazer é atualizar no fundo esse diploma, vai-lhe dizer que ele tem uma equivalência ao nono ano. Só um parêntesis, Fui, portanto, muitas vezes fui confrontado com algumas pessoas da nossa população que questionavam a validade desta aprendizagem, o que as novas oportunidades me permitiram foi fazer o ter contacto com a situação real de outros países, nomeadamente, os países escandinavos onde efetivamente as pessoas dizem que isto que é uma mais-valia, enquanto que em Portugal, o nosso espírito talvez latino não sei se será isso, é dizer que aquilo é uma aldrabice. Portanto, também temos que vencer esse pormenor. No ensino profissional foi dada aí uma estatística que diminuiu. Também estive algum tempo na escola profissional da Anadia e penso que tem aumentado. O que a nível se formos analisar o ensino profissional em termos da Escola Básica e Secundária aí, se calhar, tem havido algum decréscimo, porque os alunos são canalizados para o circuito normal, mas a Escola Profissional de Anadia que tem atingido sempre muito bons prestações, portanto, reconhecidas a nível nacional, tem aumentado a população, portanto, não sei como é que como é que efetivamente, a razão dessa tal indicação decréscimo. Claro que, só mais um à parte, é que efetivamente a natalidade neste país está em decréscimo, em grande decréscimo.



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mas agora eu gostaria de perguntar será que as notícias que nós ouvimos nas televisões todos os dias de falta de apoio, não só o apoio digamos, em termos económicos, mas de apoio médico efetivo. Será que perspectiva às pessoas a avançarem para o acréscimo dessa natalidade ou para aumentar a natalidade, se calhar não. Aquilo que nós ouvimos todos os dias nas televisões e nas rádios é que, se calhar, muita gente desiste porque vai encontrar uma quantidade enorme de problemas e sabemos bem a quem se devem. Esperemos que um dia deste este músico não demore muito. Bem voltando à carta educativa e vou aproveitar só três parágrafos que aqui tinha escrito. Eu no estudo que fiz da carta educativa não fui aos pormenores daquelas percentagenzitas que são, de facto, hoje verdade e amanhã mentira, mas, portanto, a análise que fiz do documento incidi muito sobre os chamados itens dois e três, portanto, aquela apresentação da carta que nos é apresentada. Portanto, e que garante e quanto a mim garante, que o diagnóstico estratégico prospetivo incidiu nos três níveis de educação pré-escolar, básico e secundário, apresenta propostas que orientam e reordenamento e eventual redimensionamento futuro da rede escolar, portanto, cumpre aquilo que está escrito na lei que eu omiti, porque já foi referida aqui não sei quantas vezes. Entretanto, consultei este mesmo documento em paralelismo com outros Municípios, outros Municípios alguns de uma escala idêntica a Anadia e outros de escala muito superior a Anadia. O que concluí foi que as semelhanças entre os vários, com as naturais diferenças, mas entre os vários documentos são quase *ipsis verbis*. Portanto, esta consulta, além disso fui também, tive acesso à leitura de alguns documentos, alguns artigos de alguns estudiosos de reconhecida idoneidade a nível nacional nesta matéria, que para a minha própria formação, digamos assim, nomeadamente, alguns estudiosos da Universidade de Lisboa, Ciências de Lisboa. Depois de tudo isto que já ouvimos aqui das pessoas de boa intenção, digamos assim, que já me antecederam e a elevação que deram a este documento atual, portanto, este reconhecimento e depois de reconhecida a experiência dos profissionais envolvidos na elaboração desta carta. A filtragem que já foi feita pelo Conselho Municipal de Educação, que é constituído igualmente por pessoas que conhecemos bem há anos, experientes, com boa formação, acrescentam uma segurança à certeza que temos que a carta educativa do Município de Anadia de dois mil e vinte e dois, merece a total aprovação da Assembleia Municipal e assim, o Grupo Municipal do MIAP irá votar favoravelmente. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Portanto, não havendo, desculpa, havendo mais uma intervenção do Senhor Presidente de Junta Artur Salvador, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, eu peço desculpa à Senhora Presidente de Câmara, de ir repescar aqui o assunto que versou na minha intervenção, tentei ainda corrigir imediatamente a seguir, mas já não foi a tempo, portanto, queria só ressaltar este aspeto, quando trouxe aqui à discussão as Juntas de Freguesia, não era de maneira nenhuma para desresponsabilizar as



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

competências que estão, que são do conhecimento das Juntas de Freguesia, portanto, e parece que não conhecia qual é a minha responsabilidade nesse processo, de todo, portanto, tem que tem a ver com a carta educativa, não há dúvidas nenhuma, até porque somos um dos parceiros da Câmara de Anadia na rede de cidades educadoras, portanto, compreendemos bem o nosso papel. Compreendemos bem que hoje não somos tanto chamados a substituir uma fechadura ou uma lâmpada, mas somos chamados a trabalhar na horta pedagógica da escolinha, a fornecer uma carga de terra preta boa e etcetera e, portanto, há uma outra colaboração com a comunidade escolar, que é, no fundo, também esta evolução natural de educar para o futuro e em continuidade. A parte, a parte que me levanta mais problemas de compreensão e só na parte da monitorização da carta educativa, ou seja, um dos contextos importantes que nós aqui ficámos a conhecer, depois daquilo que nos foi apresentado pelo Professor Ângelo Santos e das explicações que aqui foram atribuídas e agora já antecipando, porque tenho mais informação do que tinha quando intervim, a situação é um dos aspetos mais importantes da carta educativa, é um conjunto de atores que estão em volta da carta educativa, que vão colaborar num processo de auscultação, monitorização de questionários online, de eventualmente ajudar a programar todas estas ações que estão na carta educativa, relatórios anuais, etcetera e, portanto, como isto são aspetos extremamente importantes, uma das entidades que é chamada a esta participação na monitorização é a Junta de Freguesia e, portanto, se me dizer assim, ok e concordo. As Juntas de Freguesia já estão representadas no Conselho de Educação é por aí que se vai processar não há mais questão, eventualmente, poderia haver aqui uma introdução de um outro modelo, era só nesse sentido de perceber se, no futuro, podemos vir a ser chamados para, no fundo, ter esta colaboração mais teórico-programática do que operacional, portanto, e deixar isto bem claro que não teria só a ver com aquilo que nós temos que fazer e que é a nossa responsabilidade operacional e com a qual trabalhamos com grande proximidade com a Câmara todos os dias e, portanto, era um bocadinho nesta inovação. Além disto, será mais qualquer coisa pedido às Juntas? Haverá essa necessidade ou haverá, será passado em termos da Comissão de Educação, portanto, era só, no fundo, perceber. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, dou a palavra ao Senhor Presidente de Junta José Manuel Carvalho, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todas as pessoas para não estarmos a perder mais tempo. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Deixa-me só, deixe-me só dizer-lhe tem cerca de um minuto e meio. Faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Realmente esta carta educativa representa um documento exaustivo, é um retrato fidedigno com enquadramento fundamentado nas estatísticas e na informação publicada pelas entidades nacionais. É um documento perspetivo, racional e esperançoso. No entanto, dá a entender, por algumas intervenções aqui presentes, que a evolução demográfica e política demográfica é exclusivamente da responsabilidade Municipal. Queria relembrar que de mil novecentos e noventa e cinco a dois mil e dezanove, houve dezoito anos do Governo do PS e queria perguntar diretamente à Senhora Presidente, se sem ferir suscetibilidades, se por acaso boicotou algum nord stream entre Anadia e Lisboa é porque, pelos vistos, até agora havia aquecimento, havia recreios, havia bibliotecas e havia sala de computadores em todas as escolas do Concelho. Tenho dito. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado, quer a Senhora Presidente responder? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu daria a última palavra ali ao Professor Ângelo, só para complementar alguma informação. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Faz favor Senhor Professor. -----

----- **Senhor Dr. Ângelo Santos:** -----

----- Agradeço todas as reflexões e todo, digamos, todo o investimento que fizeram para, digamos, dar os vossos contributos, boas notícias, deixei-as para o fim. Nós temos mais cem alunos este ano no pré-escolar e no primeiro ciclo, portanto, as pessoas procuram-nos e é por alguma razão que nos procuram, dizer-vos que é muito fácil nós até passarmos caminho quando conhecemos o fim. A educação isso acontece. na educação não conhecemos o fim é sempre um, digamos, um processo extremamente dinâmico, extremamente, digamos, a precisar, aliás, a precisar sempre de atualização. Tem que estar sempre de acordo e alinhado com aquilo que são as novas tendências, os novos desafios, presentes e futuros, portanto, para quem não conhece o fim é muito mais difícil o caminho e esta carta ajuda-nos nesse caminho e dá-nos conforto e, portanto, é penso que será um documento importante, não só para colocar o Município em condições de poder concorrer a tudo o que for, digamos, aquilo as oportunidades em termos de, portanto, de participações e de igualmente, tudo aquilo que seja financiamentos, coloca-nos nessa posição e, naturalmente, ajuda-nos no caminho que temos a fazer e é esse conforto que queria partilhar convosco e que nós serviços técnicos, naturalmente, e o Executivo Municipal, realmente queria deixar esta palavra que é um documento que valeu a pena criar e que nos dá esse conforto importante para traçarmos os caminhos do presente e do futuro. Muito obrigado, -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Professor. A Senhora Presidente queria complementar com? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Só ali responder ao Senhor Presidente da Junta Artur Salvador. Porque colocou ainda a



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

questão da monitorização da carta educativa e a envolvência dos Senhores Presidentes de Junta e, portanto, eu não sei se ficou claro ou não, mas, obviamente, que não se esgota pela representação do Senhor Presidente da Junta no Conselho local de educação e, portanto, todo este trabalho de proximidade e na relações que temos tido, o próprio gabinete de educação trabalhar convosco ou Senhora vereadora, neste caso que representa a educação, ou eu própria que faço questão de estar presente sempre em muitas situações, portanto, sempre que necessário, obviamente, serão solicitados para, enfim, darem os vossos contributos, como tem feito noutras situações. E só em complemento também àquilo que o professor Ângelo disse que, de facto, tivemos um acréscimo de meninos no ensino público, também é verdade que tivemos um decréscimo de alunos no privado, por força das políticas do Governo e que acabaram por ter de encerrar, enfim, estabelecimentos de ensino ou reduzir turmas, como aconteceu no caso dos Salesianos de Mogofores ou no próprio Colégio Nossa Senhora da Assunção, sabendo nós que na sua maioria esses alunos até são a maior percentagem, eram e são de fora do Concelho, mas estudavam dentro do Concelho e, portanto, é porque há aqui resposta e qualidade. Muitos desses acabaram por ir também para a rede pública, enfim, nesta deslocação, portanto, entre Concelhos, enfim, há sempre uns que vêm e outros que vão e, portanto, daí o resultado desse também desse acréscimo neste ano letivo dois mil e vinte e dois, dois mil e vinte e três. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Eu vou dar a palavra ao Senhor Deputado Luís Fonte, informando-o também que tem um minuto e cinco. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Luís Fonte, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Muito boa tarde. Senhor Presidente, Senhora Presidente e restantes pessoas presentes e não presentes. Gostaria apenas de tecer um comentário que tem a ver com o seguinte. O documento em si é um documento bem feito e sustentado e acaba por espelhar aquela que é a nossa realidade e de uma problemática muito mais abrangente e que tem a ver com a demografia do Concelho, portanto, é um pouco fora, mas ligado a este tema. Realmente a população em Portugal, toda a gente sabe o que se está a passar, mas não é só Lisboa ou Porto. Oliveira do Bairro, Aveiro, a população cresce, de alguma forma à forma de levar pessoas a escolher o sítio onde vive e, portanto, nós não temos que ver como uma fatalidade, até porque nós estamos muito bem colocados em termos geográficos e, na realidade, a Câmara de Anadia, no geral, tem investido em infraestruturas que tornam o Concelho de Anadia um Concelho muito boas condições para se viver, quer dizer que alguma coisa que está a falhar e, portanto, no fundo, o meu comentário é neste sentido. Ok fiquemos contentes com aquilo que fazemos bem, mas temos que encontrar as razões que levam, há algo que é óbvio, aquilo que nós estamos a sentir no Concelho de Anadia, que não é o único é em muito sítio, mas vivemos bem com a fatalidade de todos os outros. Há Concelhos que estão a conseguir superar este problema que é nacional e eu acho que nós temos condições para fazer mais, não só na questão da educação oferecida às pessoas, que é importantíssima para a escolha do sítio onde vivemos, mas há outras coisas certamente e essas outras coisas já falámos em reuniões em sessões



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

anteriores, que acho que deve o Executivo olhar afincos para esses temas. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, a Senhora Presidente quer comentar. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Nada mais acrescentar senão, obviamente, eu penso que a intervenção do Senhor Deputado Luís fonte razoável e, portanto, acho que todos estamos alinhados com esse mesmo fim, temos de continuar a fazer mais. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Portanto, não havendo, não havendo mais inscrições, até porque o tempo foi todo consumido por toda a gente. Vamos passar à votação deste ponto número um e com a presença total dos Senhores Deputados e quem vota a favor: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa, e portanto, e num universo de trinta e um votantes, a Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no art.º 15.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua versão atualizada, deliberou, por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal de Primeira Revisão da Carta Educativa do Município de Anadia, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Passaremos de imediato só uma pergunta quem é que faz a declaração de voto? Faz favor, Senhor Deputado. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Fernando Barbosa, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Gostaria o Grupo Municipal do PS de fazer uma declaração de voto, porque, apesar do retrato fundamentado em números e dados pela própria carta educativa que o nosso Deputado Marcelino Rasga fez. Nós consideramos que a carta educativa é um bom trabalho é um bom documento, a equipa que o elaborou e o Executivo Municipal que deu os serviços municipais o Executivo deu seguimento. Fez o um bom trabalho, o que não quer dizer que aquilo que o Engenheiro Marcelino referiu seja mentira são reais preocupações que assolam muitos dos Municípios de Anadia. Portanto, queria também dizer que aprovamos também baseado não só na informação dos serviços, mas obviamente também no parecer favorável do Conselho Municipal da Educação e na pronúncia do Ministério da Educação. Portanto, por estas razões, queria referir, queria só justificar porque é que votámos favoravelmente. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, então sim e agora vamos passar ao **ponto número dois, trata da apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para autorização da assunção do compromisso plurianual e de aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências do serviço público de transporte de passageiros celebrado entre o Município de Anadia e a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro. de acordo com a legislação enunciada na respetiva proposta.** -----

----- Assim sendo, peço à Senhora Presidente da Câmara que se quiser, tecer alguns comentários relativamente a esta apresentação ou fazê-lo mesmo. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Este ponto está presente nesta assembleia e o timing em que está também e daí a razão também de ser reunião extraordinária é porque, efetivamente, portanto, estamos numa fase de adjudicação e de execução do contrato com a empresa que ganhou o concurso para a realizar o transporte público de passageiros dentro de pouco tempo e como tal precisamos que cada Município que delegou na autoridade de transportes para como responsável também por este processo e sendo autoridade de transportes, que haja a assunção de compromissos plurianuais por cada um dos Municípios que integraram esta adjudicação. E, posto isso, poderíamos ter esperado mais um mês. Os nossos orçamentos podiam contemplar essa assunção de compromissos, mas, na realidade, é também necessário ganhar tempo ou não desperdiçar o tempo, de forma a que o mais rapidamente possível, portanto, que todos os Municípios tenham esta assunção de compromissos assumida e autorizada, de forma a que todos estejam em condições de assinar este contrato interadministrativo de delegação de competências e se possa celebrar o contrato também com a empresa que vai ser responsável, portanto, pela gestão do transporte público de passageiros. E, portanto, é a razão de ser e o timing em que é necessário e, portanto, houve um compromisso da parte de todos ver se conseguimos até ao final do mês ter esta aprovação pelos órgãos, de maneira a que a Comunidade Intermunicipal, portanto, esteja confortável para celebrar o respetivo contrato com a empresa. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Está aberto ao plenário, portanto, intervenções dos seus Deputados. Dou a palavra ao Senhor Presidente de Junta Artur Salvador, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, relativamente a este ponto, obviamente, que nada contra, no entanto, gostaria de fazer aqui duas reflexões para que, futuramente, até porque este é um assunto que será reincidente em termos de discussão, em termos da assunção de compromissos no futuro, mas como não está presente nesta altura, entendo que o devo fazer neste sentido, claro que processos desses só têm a ganhar com a dimensão do envolvimento de uma Comunidade Intermunicipal. No entanto, na mesma altura em que se faz esta discussão e a discussão dos vários assuntos que estiveram na origem deste documento aconteceu uma alteração de paradigma na utilização dos combustíveis fósseis, eventualmente, tudo aquilo que nós sabemos com o agravamento de custos e afins e, portanto, seria de esperar que, eventualmente, num documento destes, eventualmente pudéssemos ter aqui qualquer coisa que abordasse, mesmo que numa percentagem mínima, alternativas aos combustíveis, ou seja, temos no fundo uma proposta e bem, que nos vai colocar autocarros a fazerem o transporte de passageiros, eventualmente, tem aqui um indexante a taxa valor de gasóleo há um indexante para alterações ao preço do gasóleo e, por exemplo, não vejo aqui nem uma percentagem, por exemplo, para a introdução de transportes pegada verde, digamos assim, híbridos, elétricos, mistos, o quer que seja, para ir preparando o futuro, ou seja, neste momento, estamos a



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

salvaguardar um processo e não tenho dúvidas nenhuma que terá que ser este, mas no futuro, se calhar, este modelo terá que ser introduzido lentamente para ser discutido, porque ninguém vai trocar autocarros a gasóleo de um momento para o outro todos por veículos elétricos e a hidrogénio, híbridos o quer que seja, mas acho que é esta reflexão que deixo para o futuro, para que a seu tempo este assunto possa vir a ser materializado. Outra circunstância tem a ver também e está linkado com o ponto um que abordámos aqui hoje e tem a ver com o transporte de passageiros e, portanto, já é uma questão que abordei há algum tempo com a Senhora Presidente e ela terá que ser discutida até ser efetivada, que é o transporte dos alunos para as escolas, isso quer dizer o quê? O transporte escolar está padronizado, ele está integrado com a legislação em vigor, mas é uma realidade que me toca e se calhar aqui também aos meus colegas das Freguesias que tem a ver com os meninos e meninas que vão para a escola a pé, especialmente no Inverno. Porquê? Não têm transporte, os pais podem não ter carro, são obrigados, entre aspas, a ir a pé, residem a pouca distância da escola e, eventualmente, podem não ser contemplados com os meios de transporte necessários, tal qual acontece com os alunos que vêm de mais distância e, portanto, se calhar valia a pena fazer aqui também uma discussão deste elemento, que é para aqueles poucos elementos e um que seja que, eventualmente, não tem condições para se deslocar de outros meios para a escola, não tem ao abrigo da atualidade, de chegar à escola todo molhado, porque faz quinhentos metros ou que sejam seiscentos ou setecentos ou um quilómetro a pé, porque não tem outro modelo. É uma preocupação que nós temos. Já falámos sobre isso e em termos de legislação vigor, não há muito a fazer, mas no futuro, acho que é também um assunto que merece a pena ser discutido quando se fala em transportes de passageiros e também esta componente escolar e, portanto, deixava estas duas reflexões para que, no futuro, elas possam fazer parte da ordem do dia, para que podendo e havendo a abertura para elas se materializarem neste contexto, são figurinos diferentes ao transporte de passageiros, mas acho que cruzado também com a minha parte, a minha primeira parte da intervenção, acho que faz sentido, não para este documento, mas no futuro, que elas possam ser abordados e é tudo obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, eu antes de perguntar à Senhora Engenheira se queria intervir. Eu tenho, eu tenho é que isto é uma, portanto, é uma reavaliação pelo plenário da Assembleia, uma situação que já foi aprovada, não é, que já foi aprovado, isto houve foi, portanto, alguns problemas relativamente a este este acordo, este acordo agora intermunicipal, porque isto já foi deliberado, portanto, com base na informação dos nossos chefes de divisão, de gestão financeira, património. Pronto, o grupo de trabalho de transportes que veio aqui à Assembleia e que não pode ser esquecido este tipo de situação que isto já foi aprovado. Isto agora é uma ligeira alteração e que face o tempo que tem que ser, tem que ser aprovado. Senhora Engenheira, faz favor. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Pois o que está aqui em causa é a assunção dos compromissos plurianuais, depois de nós



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

já termos deliberado na Assembleia Municipal, portanto, a integração dos Municípios e, portanto, delegámos na Comunidade Intermunicipal para a abertura do concurso público de transportes. E, portanto, foi elaborado um caderno de encargos, esse caderno de encargos, enfim, foi muito trabalhado com equipas externas e, na verdade, o que aconteceu, nós vamos no segundo, terceiro concurso público internacional, só agora é que temos uma empresa porque os critérios de adjudicação eram realmente muito apertados iam de encontro àquilo que o Senhor Presidente da Junta referiu, que era, enfim, transportes mais verdes, mais amigos do ambiente, não sei quantos autocarros elétricos, substituição por não sei quê, e, na verdade, o primeiro concurso ficou deserto, o segundo deserto e, portanto, só agora é que nós temos e depois havia os diferentes critérios de avaliação e, portanto, só agora é que temos uma empresa, esses critérios também constam mas, na verdade, não há nenhuma empresa que de um momento para o outro e mais esta, que é curioso, que é uma empresa israelita que entra no mercado, que é a primeira vez que está aqui no mercado, vai operar, vai recrutar trabalhadores das empresas que existem, vai provavelmente comprar autocarros que já existem, mais outros novos, porque depois não há tanta autocarro novo para entrega, portanto, no mercado. E, portanto, isto é algo complexo para a própria empresa, para a operadora. Aqui o circuito urbano de Aveiro fica de fora, também já tem autocarros elétricos, mas é uma realidade diferente e, portanto, o circuito urbano da cidade de Aveiro fica fora deste processo, mas só temos que aprender e muito, porque, na verdade, isto é um concurso muito complexo, não sabemos como é que a operadora, enfim, se vai comportar na prestação do serviço, é uma incógnita, mas temos muito muito a fazer em todo este processo, porque o custo, efetivamente, dos transportes para os Municípios é muito elevado. E aquilo que vocês vêm aqui para nós assumirmos e para a assumir os encargos plurianuais e da repartição dos encargos por Município, aquilo que cabe ao Município, a fatia que é distribuída pelo PART do programa, portanto, de apoio ao Governo, é uma partezinha daquilo que nós temos que contribuir. Agora fora isso, o Município de Anadia paga a duas IPSS para fazer transporte escolar, para nos ajudar. O Município de Anadia tem um autocarro que diariamente faz duas, quatro deslocações, portanto, para nascente, duas vezes manhã e duas vezes à tarde e, portanto, tudo isto tem custos. Além de que é algo que tem que ser muito trabalhado. Porque apara além destes custos todos e dos encargos que representa mesmo nestes transportes, na questão do combustível, por aí fora e a manutenção dos carros e por aí fora, é a questão dos passes. Porque se há um valor que nós pagamos à Comunidade Intermunicipal, depois ainda há o valor dos passes e o valor dos passes, por exemplo, no ano passado representa qualquer coisa como trezentos e quarenta e oito mil e quinhentos euros. É que agora o Município, agora já desde dois mil e dezanove, se não me engano, portanto, tem que assumir a gratuitidade dos passes até ao secundário e, portanto, que é que assume isso? As Câmaras municipais. E o que acontece, mas isso é isto os meninos no princípio do ano letivo, até são incentivados a tirar os passes e vão e tiram o passe, só que depois o controlo diário da utilização do autocarro é uma chatice, ninguém faz. E o Município paga os passes, ponto final e, portanto, ande muito ou ande pouco,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

paga o mesmo. Isto tem que ser trabalhado, isto tem que ser feito de uma outra forma e tem que ser operacionalizado de uma outra maneira, porque, na realidade, tal como está, é uma exorbitância aquilo que cada Município paga, quando nós vemos autocarros a circular vazios. E depois diz-me o Senhor Presidente, mas eu tenho lá uma criança que, enfim, não tem transporte, mas isto tem custos muito elevados, não há possibilidade de termos transporte para todos, não. O custo, por exemplo, para transportar os meninos do ensino especial que custavam dezasseis, dezassete mil euros, este ano custam trinta e tal mil, portanto, são tudo custos. Também no âmbito da descentralização, portanto, mais que duplicou e, portanto, isto nós estamos aqui também num processo de aprendizagem, mas que tem que ser muito bem trabalhado, porque eu acho que anda por aqui muito desperdício, efetivamente, nomeadamente, nas carreiras que vão circulando e que nós percebemos que, enfim, andam muitas vezes a passear, os meninos tiram o passe, mas às vezes não utilizam as carreiras e, portanto, se fosse pago em função da utilização, era uma coisa, o problema é que não é. O menino tira o passe mensal e é isso que nós pagamos, porque ninguém faz o controlo diário e, portanto, este é um problema que nós temos face aos custos que os transportes já representam para o Município, que tudo somado, os passes mais os transportes, as carreiras dos circuitos públicos, mais os transportes que pagamos às IPSS, mais o transporte da Câmara, enfim, chegam perto de meio milhão. E isto o Município tem que assumir. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar, para que fim era Senhor Presidente? Um pedido de esclarecimento? Era só uma informação e foi-o de facto. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Não é o estudante que, de facto, prevarica o sistema, entre aspas, tem direito a um passe, mas depois não utiliza, mas sim aqueles que, aquelas crianças geralmente do primeiro ciclo. Estamos a falar, por exemplo, no caso de Sangalhos, se uma dúzia é muito, mas é uma dúzia de pessoas que moram por ali à volta, nomeadamente, de famílias que são recém-chegadas a Sangalhos, por exemplo, que às vezes nem conhecem o sistema, mas de qualquer maneira não há um autocarro para dar a volta por Sangalhos. Também não estou a dizer que isso seja uma responsabilidade do Município, mas entendo e foi por isso que coloquei que é um assunto pode ser discutido, não é, e, portanto, era nesse sentido, é um problema que temos, é um problema que, se calhar, economizando custos que o Município tem daqueles que não utilizam o autocarro pode, se calhar, dar para um uber escolar local para tratar deste problema, nomeadamente no Inverno, obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Dou agora a palavra ao Senhor Deputado João Gaspar, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Muito boa tarde a todos. Senhor Presidente, Senhora Presidente e Executivo, colegas da assembleia, pessoal presente, o que assiste em casa e a toda a imprensa também presente. ----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Na realidade este delegar de funções nesta empresa, na realidade israelita, com vinte anos de existência e que faz transportes entre Haifa e a zona de Gaza, será para eles também a primeira experiência, tanto quanto consegui investigar, a primeira experiência a nível internacional, portanto, não terão vícios. Será uma para eles também uma primeira vez, para nós também um começo, espero que tragam novidades, que traga outro tipo de ligações e eu queria só fazer aqui um ponto à Mesa, que era temos de começar, se calhar, a pensar nos transportes de maneira diferente daquilo que pensamos até hoje. Eu não estou a ver aqui Lisboa os transportes para a escola sejam prioritários e as pessoas vão para a escola. Se calhar nós aqui e talvez isso também se prenda um bocadinho com a primeira parte da Assembleia, daquilo que foi discutido na primeira parte, nós preocupamo-nos aqui em dar, se calhar, demasiado e mais coisas e quando digo demasiado mimo não é querer dizer que não tratemos bem as pessoas, mas nós preocupamo-nos de ter transporte para os meninos às horas certas e vivemos um bocadinho a base disso e, se calhar, não são só os meninos que vivem cá, também vivem outras pessoas e também são precisos transportes noutras horas e, se calhar, teríamos, teremos que começar a pensar num sistema diferente, de um outro serviço à comunidade no aspeto transportes. Aos quais os meninos também tenham se adaptar como se adaptam em Lisboa, porque, tanto quanto eu sei, quem mora do outro lado do rio em Lisboa, tem que estar na universidade à mesma hora daqueles que moram do lado de cá e não é pelos transportes, nem tem sequer um uber à porta ao outra coisa do género para chegarem a horas. Eu acho que nós temos de começar também, se calhar, a pensar a mudar um bocadinho a nossa maneira de pensar e a maneira de utilizar estas coisas e como a Senhora Presidente disse, se calhar, este novo contrato será uma maneira de nós também aprendemos alguma coisa e mudarmos alguma dessa nossa mentalidade, porque nós, se calhar, trabalhamos muito em prol de não faltar nada aos alunos para irem à escola e como nós verificamos a maior parte dos autocarros andam vazios. E eles em vez de irem para casa, ficam, ficam por aqui, ficam nos jardins, nada contra, mas o que é verdade é que isso tem um preço e, se calhar, está na altura de nós sermos um bocadinho, talvez mais e vamos lhe chamar assim e usarmos uma outra metodologia, que é temos uma rede de transportes que funciona e que as pessoas se adaptem àquilo que existe, porque eu lembro-me não há muitos anos, nós tínhamos aqui vários autocarros que faziam a circulação por Anadia a várias horas do dia que hoje não temos e, se calhar, teremos que voltar a esse sistema e que eu saiba, nessa altura, os alunos não deixavam de ir às aulas, nem deixavam de complementarizar e de lá ir e, se calhar, eram mais que o que são agora. Portanto, há aqui qualquer coisa que está que está, se calhar, que nós, se calhar, aprimorámos demasiado e que hoje nos dificulta um bocado o sistema. Relativamente a este acordo, eu vou dizer que sou um bocadinho avesso a passar competências para outras entidades. É verdade, não sou daqueles que gosto muito de passar competências, porque depois perco um bocadinho a capacidade de me opor a certas coisas e, por outro lado, também não sou muito, muito muito agradado com esta cena de ser até dois mil e trinta, mas, pronto, prevejo que seja que tenha que ser um prazo mais alargado, que vai haver algum investimento,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vai ter que haver alguma adaptação, se calhar, quando nós chegámos ao fim deste contrato, estaria na altura, se calhar, de o começarmos a usar, porque nessa altura, se calhar, teremos muito mais todos preparados para este, para esta revolução, que eu penso que vai ser este contrato intermunicipal. É só. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos, penalizando-me desde já a tal alternância que normalmente eu faço entre Deputados nas suas intervenções, mas foi meramente casual e porque não reparei na listagem que tenho aqui dos pedidos. que havia dois Deputados do mesmo grupo. Por isso faz favor Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente. Eu realmente não serei muito contra a questão da atribuição de valências a outras, a outras entidades, o que nos preocupa realmente é a questão da manutenção de um serviço de qualidade para a população. E neste aspeto e até pelas palavras do Senhor Presidente já deu para perceber que isto é um concurso que não só é complexo, creio que desde a sua origem já vai na terceira edição, não é, como também é grande a indefinição quanto à prestação da nova operadora. Ora, como nós não temos, até ver a mesma oferta e a mesma, no fundo, a mesma oferta e mesmo a diversificação dos transportes que outros sítios têm, como Lisboa e Porto, prende-se aqui uma questão pertinente e nós acabamos de analisarmos um documento nesse sentido que tem a ver com a rede escolar, onde os transportes são um critério primordial. E a minha pergunta vai neste sentido. Está previsto face a esta grande, no fundo, indefinição que haja um ajuste ao plano de transportes que é aprovado normalmente no Conselho Municipal de Educação? Está previsto que o SIM mantenha as mesmas valências ou que tenha que ser aumentado? Está previsto que, no fundo, este, este novo plano venha dar uma, uma, uma cobertura pelo menos igual? Ou então um aumento de valências de oferta de que o Município já dispõe? Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, dou a palavra à Senhora Presidente para responder. ----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Bom ainda respondendo ali ao Senhor Deputado João Gaspar, obviamente, que não havia outra forma de fazer isto porque, efetivamente, as carreiras são municipais e intermunicipais e, portanto, nós se andássemos aqui a contratar isoladamente era muito complicado e ainda muito mais dispendioso e, portanto, é uma forma de ganhos de escala, ganhos de economia e, portanto, só assim é que também para a operadora isto pode ter, enfim, fazer algum sentido e ter alguma rentabilidade. E o prazo alargado, efetivamente, têm a ver com até dois mil e trinta, se não me engano, portanto, tem a ver com a própria rentabilidade para quem vai operar, autocarros e por aí fora e fazer investimento nos recursos humanos e por aí fora. Sabendo nós e volto a dizer aquilo que já disse que estão a ser recrutadas pessoas de outras empresas e autocarros das empresas e por aí fora. Agora disse e bem, à partida não terão vícios e,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

portanto, esperamos que corra melhor, porque, na verdade, todos os anos nos queixávamos com a prestação de serviços da operadora, mas claro que isto também é complexo, o território também é vasto e, portanto, chegar, enfim, e cumprir todos os horários, por vezes é difícil, basta encontrar às vezes qualquer coisa que possa empatar no próprio circuito. E, portanto, daí a razão de efetivamente procurarmos, aliás, estes concursos. Praticamente ao nível do país aquilo que eu sei é que estão a ser todos assumidos pelas próprias comunidades intermunicipais, portanto, e que estão a lançar os procedimentos ou pelas áreas metropolitanas, portanto, precisamente pela escala, pela dimensão e, portanto, para que tudo possa, efetivamente, fazer sentido nos próprios de circuitos. Mas obviamente que será dada essa informação à Comunidade Intermunicipal que nós temos que ir acompanhando, nós também temos um grupo de trabalho que faz parte também que vai acompanhando, temos aqui o Doutor Hugo, que é um dos nossos técnicos que têm acompanhado e que faz parte do grupo de trabalho nesta questão dos transportes, para efetivamente, acompanhando e monitorizando e recebendo também a informação que esperamos que, no futuro, nos seja prestado de uma forma diferente daquilo que tem acontecido até agora. Agora na questão dos transportes, nós começámos pelas carreiras, por aquilo que já temos e vamos ver, enfim, para o ano como é que as, para o ano, isto já vai funcionar para o ano. Eu digo depois deste serviço começar, como é que podemos ir efetivamente percebendo até que ponto é que nós podemos ir ajustando também os horários e as carreiras e por aí fora. Agora temos aqui vários estabelecimentos, aquilo que tentamos sempre ajustar, pelo menos no horário da manhã, estarem todos alinhados, porque efetivamente damos resposta aos alunos que vão para o Colégio, para o Agrupamento de Escolas, para a Escola Profissional e temos as carreiras do outro lado que chegam também à Escola de Vilarinho do Bairro, com meninos também que são transportados também do primeiro ciclo de Amoreira da Gândara, de Levira e por aí fora e perante uma tentativa de dar a resposta o melhor possível. Veja-se, por exemplo, que depois as carreiras também são ou a transportadora também é surpreendida por isto. Na semana passada houve greve, houve greve às nove da manhã, bom e agora o que é que fazemos, temos que mandar os meninos para a escola, isso não se estala os dedos e apareçam logo os autocarros, porque que têm que ir transportar os meninos de volta para casa. O que é, por vezes, realmente também difícil de gerir todas estas situações e, pronto, e inclusivamente até em Vilarinho ficaram duas ou três crianças, mas depois o próprio motorista se disponibilizou, se calhar, nem disse nada à operadora, disponibilizou-se para levar os meninos na mesma a casa. Estão a ver um autocarro a levar três meninos, mas foram para aquele lado e, portanto, assim aconteceu. Mas, pronto, são esses ajustamentos que têm que ser feitos mediante, portanto, a prestação de serviços que tiver que ser feita, como diz o decreto-lei no início do ano letivo, antes do ano letivo, temos que apresentar, enfim, as carreiras, os transportes e os horários e também tem que ser seguido pelos próprios estabelecimentos de ensino, porque, na verdade, os estabelecimentos de ensino têm que se ajustar às carreiras, o que acontece por vezes e, enfim, com covid isto não foi nada bom, porque passámos a ter desdobramento de carreiras, por causa



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de desdobramento das turmas e então havia uns meninos que iam ao meio-dia e outros iam só à tarde e, portanto, tivemos duplicação de carreiras, isto tem um custo brutal e, portanto, tal não pode acontecer e, portanto, tem que haver ajustamentos porque senão não podemos ter autocarros para todos os horários e, pronto, e de maneira a satisfazer os horários que se fazem, que se praticam em todos estabelecimentos de ensino. Quanto à questão do SIM, o SIM não faz parte desta adjudicação, portanto, é um compromisso e um encargo exclusivo do Município, como outros Municípios também têm, portanto, não integra e este contrato. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar a para que era o Senhor Deputado Rui Bastos? faz favor Para que era Senhor Fernando Barbosa? -----

----- **Senhor Deputado Municipal Fernando Barbosa, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Eu era só para reforçar que estou inscrito, mais nada. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Procurarei ser rápido. A intervenção de há bocado punha-se mais na lógica da utilização por parte dos transportes escolares, que estão inseridos no modelo de transporte público atual do Município de Anadia, haverá outros Concelhos que têm um modelo diferente e a perspectiva que lhe perguntava era só mesmo nesse ponto de vista, se está previsto, por exemplo, a criação de mais um circuito especial, que neste momento a Câmara até tem dois, não é, ao serviço acho que são dois, penso eu, e se estes ajustes, porque repare neste momento os ajustes até, se calhar, são mais fáceis de fazer face à operadora em questão, que é a Transdev que está aqui ao lado, não é? Os ajustes que queiram fazer com israelitas, não quer dizer que a gente tenha que telefonar para Israel, não é o caso que se ponha, mas poderá complicar um pouco esta organização, esta gestão, porque ela vai ser todo entrega e eles. É só obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, queira responder Senhora Presidente ou esclarecer. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Claro que a operação vai ter sede cá, nomeadamente, em Aveiro, não vai estar lá em Israel, Deus nos livre, isto depois era muito complicado, e eles já têm pessoas contratadas para fazer a coordenação da operação e, portanto, fazendo a articulação quer com a autoridade de transportes, quer com os Municípios, sendo que nós também fazemos sempre a ponte com a autoridade de transportes. Os circuitos especiais. Nós, no fundo, não temos circuitos especiais, nós temos o SIM, que é um circuito urbano. Temos sim uns circuitos que nós fazemos, nós Câmara Municipal e vamos andando até onde pudermos e eu digo isto quando podermos, porque temos um autocarro que para já está quase no limite, depois deixa de poder transportar as crianças, portanto, no próximo ano termina a idade limite do autocarro para transportar as crianças, portanto, tem que ser um autocarro novo e depois ainda vamos tendo um motorista e temos que ter um acompanhante do motorista, porque esse autocarro não pode andar sozinho, tem que andar também com um auxiliar e, portanto, para já este ano letivo vamos cumprir essa missão, no próximo ano letivo vamos ver se temos condições de o fazer, seja a carreira, seja o



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

motorista, o auxiliar, mesmo assim, ainda é mais fácil. Depois temos e volto a dizer, temos duas IPSS que colaboram connosco no transporte de algumas crianças, nomeadamente, na Freguesia de Avelãs de Cima e também em Vila Nova de Monsarros e depois temos os transportes especiais, temos uma empresa de táxis, portanto, do procedimento de contratação que tivemos que fazer para os transportes especiais em função dos casos que foram validados pelo Agrupamento. Comunicados à DGEST, DGEST validou e diz está aqui, pronto, e nós lá fazemos o transporte dos meninos, pronto, em função daquilo que nos foi comunicado e pagamos. Portanto, são estes os circuitos especiais que temos, neste momento não temos mais do que isto. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado Fernando Barbosa, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Fernando Barbosa, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Renovo aquilo que há bocadinho não fiz era apenas uma declaração de voto, mas os meus cumprimentos à Mesa, ao Executivo Municipal, aos colegas Deputados, à comunicação social presente, às pessoas que nos acompanham por via online, pela Internet. Ora bem, a proposta que o Executivo Municipal de Anadia propõe a apreciação e votação da Assembleia Municipal, pretende pôr em execução, no fundo, um contrato interadministrativo de delegação de competências do serviço público de transporte de passageiros, acordado entre a CIRA, acordado em princípio entre a CIRA e a Câmara e que já foi em dois mil e dezassete e que já foi aprovado numa sessão da Assembleia Municipal desse mesmo ano. Portanto, só agora, por razões que a Senhora Presidente já exposto, conseguiu, a CIRA conseguiu só agora concessionar esse serviço à tal empresa israelita. E é, portanto, neste contexto que à atual Assembleia Municipal é colocado o assunto no sentido de autorizar a assunção de compromissos plurianual e de aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências do serviço público de transporte de passageiros. Analisados os documentos fornecidos a este órgão deliberativo e fiscalizador e tomando também em consideração o conhecimento da realidade atual nesta área com grande impacto na vida dos munícipes, como todos sabemos, constatamos o seguinte, se verifica uma utilização relativamente reduzida destes transportes por parte da população ativa do Município, segundo dados que estavam na própria carta educativa, setenta por cento, cerca de setenta por cento da população ativa do Concelho trabalha neste Município e noventa por cento neste Município e nos vizinhos. Setenta por cento da população ativa desloca-se para o trabalho utilizando transporte pessoal. Segundo ponto, estando previsto no aditamento ao contrato a inclusão do transporte escolar, penso que já referiu também, não fica para nós muito claro, para nós grupo Municipal, qual o acréscimo de custos que o Município de Anadia que terá com essa inclusão futura. O serviço integrado de mobilidade Anadia, a Senhora Presidente acabou de dizer que vai ser integrado no processo com a CIRA, pelo menos foi o que eu conclui agora, atualmente apresenta um circuito urbano diário no centro de Anadia e cinco outras linhas que funcionam em diferentes circuitos, cada um dos quais nos cinco dias úteis da semana. Esses



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

circuitos ligam o Centro de Anadia e cinco dos pontos mais distantes do Concelho, nomeadamente, Paredes do Bairro, Boialvo, Fontemanha, Vila Nova de Monsarros e Poutena. Estas localidades e as que estão incluídas no respetivo circuito, ficam deste modo reduzidos a um transporte semanal em horário relativamente reduzido. Esta poderá ser uma das razões, eventualmente, pela alta percentagem de utilização do transporte pessoal pela população ativa do Concelho, naturalmente, para quem tem esse transporte pessoal. Haverá, pois, que analisar estas e outras condições do contrato, algumas das quais a Senhora Presidente acabou também de referir e contempla-las nas rotas que o Município propõe para o transporte público de passageiros, quando integrado no sistema da CIRA. Seria lamentável que esta integração, procurando uma economia de escala que se compreende, venha a revelar-se num prejuízo para os munícipes, pela diminuição da prestação do novo serviço intermunicipal. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Senhora Presidente quer esclarecer? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Ora bem, eu há bocadinho disse o Anadia SIM não tem nada a ver com este contrato. Não tem nada a ver, portanto, é da responsabilidade total do Município de Anadia. O que eu disse é que, porventura, as carreiras que nós estamos a fazer, os circuitos que estamos a fazer para a zona nascente do Concelho, que traz os meninos todos Fontemanha, da Junqueira, por aí fora e depois passa em Ferreiros e vem por Alféloas, faz este circuito e vai ao Centro Escolar e volta outra vez. Esses circuitos são circuitos escolares e que podem vir a ser integrados no futuro, quiçá, nesta rede de transportes que serão sempre quilómetros a mais, outro circuito a analisar com a empresa que vier a executar a prestação de serviço, portanto, o SIM está completamente fora deste circuito. O que nós temos carreiras públicas de transportes e essas carreiras públicas de transportes, que é para toda a gente, chegam também às escolas, portanto, transportam também os meninos, basicamente e é isto que estamos a falar. Há pouco o Senhor Deputado dizia à porque temos pouca gente a andar nas carreiras, sim e este ano ainda não é um bom exemplo, porque com a questão do covid e volto outra vez ao covid que até houve interrupção dos transportes, em que muitos pais perderam a confiança nos transportes públicos e passaram a levar os meninos de carro e, portanto, enfim, essa confiança começa a restabelecer-se, mas não tanto quanto o desejável. É o mesmo se passa também, enfim, até no SIM, é que isto quando se tem, tudo é pouco. Ah, mas nós aumentámos e não acontece nada, ou seja, se nós deixássemos de ter o SIM, tínhamos toda a gente a reclamar que era necessário o SIM, mas como temos o SIM, aquilo que também verificamos é que não há assim tanta utilização. Dizer, mas tínhamos que ter a todos os horários, é impossível satisfazer toda a gente. Para isso temos então os transportes, os táxis que estão à disposição, são mais caros é certo. Ah, mas é impossível. Há pouco dizia o Senhor Deputado João Gaspar apostamos numa outra realidade e nós temos que nos adaptar, nós não estamos aqui num país que, pronto, em que há um poço sem fundo, não há e temos que nos adaptar e, portanto, temos que ser racionais e temos e as pessoas têm que se ajustar. Se há um horário às duas horas, as pessoas tem preparado a sua



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vida para as duas horas e, portanto, relativamente ainda ao SIM, que não tem nada a ver com isto, nós verificamos que a circuitos o SIM não tinha assim tanta utilização e diziam as pessoas há o problema é porque temos que estar muito tempo à espera para voltar para casa. Nós okay, pronto, então metemos o SIM mais cedo e agora temos o SIM mais cedo, há agora é uma chatice, nós devíamos ter o transporte o dia inteiro, mas depois também não andavam. Quer dizer e então temos aqui sempre um desperdício, porque é mesmo desperdício, porque as pessoas depois acabam por não utilizar, no transporte público de passageiros e que chega aos estabelecimentos, acaba por acontecer um bocadinho. Eu não sei porquê, mas continuamos a assistir a isso. Não há uma utilização e uma confiança ainda nos transportes públicos como era desejável. Se antes do covid também nos apercebíamos que nem toda a gente procurava este serviço. Pós covid pior e agora, enfim, temos carreiras e carreiras e carreiras, mas, na verdade, aquilo que nós assistimos, mesmo com algum desdobramento, nomeadamente, à hora de almoço é que temos carreiras a passear pessoas lá dentro e, portanto, temos que efetivamente olhar para estas situações, percebermos e tentar rentabilizar esses recursos para ter outro tipo de respostas. Porque, na verdade, alargar carreiras implica alargar quilómetros e tudo isto implica custos e mais custos e mais custos e é preciso perceber a rentabilidade das operações. -

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar a palavra à Senhora deputada Ana Cristina Silva, se faz favor. Direi que está um bocado constringida pelo tempo, um minuto e pouco. ----

----- **Senhora Deputada Ana Cristina Silva, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Sintam-se todos cumprimentados, depois tanta gente a cumprimentar. É só para dizer que isto realmente os transportes é um problema. É um transporte público que leva garotos, não é? Garotos para a escola, tem que haver ajustes, tem de horários, tem, mas também há um problema novo este ano, eu não sei se será tanto a falta de confiança por causa do covid nos transportes públicos. O que é certo é que o nosso agrupamento grande onde eu dou aulas, este ano tem muitas turmas com tarde livre e das duas uma, ou os encarregados de educação vão buscar os meninos para as levar para casa, ou os meninos só vão às cinco e meia da tarde para casa, portanto, o ideal seria, este ano se calhar é impossível não é? O ideal seria haver um ajuste horários, de manhã sempre às oito e meia, depois à uma e meia, duas horas, catorze horas a nova carreira e depois então a última a das cinco da tarde. Porque a realidade é que este ano o agrupamento tem muitas turmas com tardes livres e os meninos, ou vão os pais buscar, os encarregados de educação ou ficam na escola até às cinco. E esta é que é a realidade, é o ajuste de horários, porque, de resto, o que nós temos é um transporte público que leva a um transporte escolar, mais nada. Pronto. Muito obrigada. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Okay, muito obrigado, Senhora Presidente quer comentar? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Sim só dizer que no ano passado com o covid nós tínhamos desdobramento de carreiras, como sabe, e este ano vou-lhe dizer que nós estamos a fazer desdobramento de carreiras à



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quarta-feira e à sexta-feira e foi uma preocupação na altura dizer ao Senhor diretor, vocês têm que ajustar os horários às carreiras, porque senão vamos ter sempre que ajustar carreiras aos horários e então temos aqui um custo que é incomportável, portanto, não é possível ajustar um número de carreiras aos horários, porque os circuitos que vão à hora de almoço buscar os meninos e que andam com dois ou três meninos, à tarde tem que lá voltar outra vez e, portanto, andamos a duplicar carreiras e vou-lhe dizer mais, neste momento, nós somos o único Município que estamos a fazer isto. Porque os outros disseram assim meus amigos voltamos horário que estava, é de manhã e à tarde e as escolas têm que fazer os horários em função disso e, portanto, neste momento, nós somos os únicos que ainda estamos aqui com esta exceção, à quarta-feira e sempre existiu, mas nós estamos este ano com essa exceção e ainda da sexta-feira, mas não podemos fazer isto, efetivamente, os outros Municípios não estão a fazer. E, pronto, e é isso que temos que dizer. O horário é da manhã e à tarde, não pode haver de manhã, à hora de almoço, às duas horas e depois outra vez à tarde, não há é impossível. O ajustamento era se fosse os horários ajustados de todas as turmas, todas as turmas de todas as idades que vão para o Pardieiro, saem todas ao meio dia. Agora não pode um autocarro levar um menino ao Pardieiro a uma hora e depois à tarde levar outra vez outro menino ao Pardieiro, Portanto, tínhamos que fazer um ajustamento por localidades, ao meio dia saem todos do Pardieiro, pronto, e os de Vilarinho e não sei quê mais. Agora como é que é possível num universo nesta escola de mil e quinhentos alunos mais o primeiro ciclo, ainda nalgumas situações, ajustar que saiam todos à mesma hora das localidades não é possível. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado. Darei a palavra ao Senhor Deputado José Manuel Carvalho, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, com o risco de repetir já o que foi dito aqui pelos antecessores, nomeadamente, este ponto é um ponto subsequente, efetivamente, da assunção daquilo que foi assumido em dois mil e dezassete. Isto não é mais do que o combinar, o efetivar e dar continuidade à assunção da delegação de competências do serviço público do transporte de passageiros. Ganha-se escala, com certeza, ganha-se dimensão, com certeza, há uma maior probabilidade de repartição de custos, com certeza, e, portanto, em princípio também poder-se aplicar o princípio da subsidiariedade entre os Municípios da própria CIRA, com um custo anual, aliás total até dois mil e trinta na ordem dos quatrocentos e vinte seis mil euros, isto representa até lá um custo médio ano de cinquenta e três mil e trezentos euros. O que é que se espera com este tipo de contrato, este tipo de compromisso? Esperamos, com certeza, que seja o início de uma nova política de mobilidade, não só em termos da região de Aveiro, mas também aqui no Concelho, conforme já foi dito aqui também, mais amiga do ambiente, dos cidadãos e da sociedade e, acima de tudo, que esteja articulada e integrada entre as diversas necessidades, nomeadamente, os horários das escolas, de empresas e serviços. E o que é que nós estamos cá a fazer, estamos cá para depois apreciar os resultados, fazer a respetiva



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

avaliação, ajustar e corrigir. Tenho dito. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado. Vou dar a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Um pequeno complemento aqui à informação transmitida pela Senhora Presidente é que, efetivamente, há Municípios que têm outro tipo de transportes e conseguem garantir os tais transportes especiais ou circuitos especiais que são criados para zonas onde muitas vezes as transportadoras se recusam a ir. Claro são custos suportados por eles. Da mesma forma que nós sabemos que quando falamos de transportes escolares, existe os transportes escolares que têm que obedecer àquela regraszinhas de ter todos os todas as seguranças que estão impedidas por ser por causa do transporte específico de alunos e que há Municípios que apostam nisso. Entendo apenas transportes para aquela finalidade e estou em crer que devem ser muitos também os Municípios que têm agrupamento em que os miúdos umas vezes ao meio dia outras vezes saem ao fim da tarde. Só isso obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado. Portanto, não havendo mais intervenções para análise deste ponto, passaremos à sua votação, pelo que vou num universo de trinta Deputados, vamos proceder à votação: primeira fila quem vota a favor, segunda fila quem vota a favor, terceira fila quem vota a favor, quarta fila quem vota a favor, Mesa, e portanto, e num universo de trinta votantes, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com trinta votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal de autorização para assunção de compromisso plurianual, e de aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Serviço Público de Transporte de Passageiros, celebrado entre o Município de Anadia e a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, no uso da competência estabelecida na legislação enunciada na referida proposta, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Não participou na votação o Senhor Deputado Municipal Vítor Manuel Santiago Tavares, do Grupo Municipal do MIAP. -----

----- Passaremos então, pese embora, não tenha aparecido aqui nenhuma inscrição para o ponto da intervenção do público, penso que que não há intervenção do público, no entanto, temos aqui uma minuta, uma minuta não uma proposta de minuta para votar em que o MIAP, através do Senhor Deputado Carlos Delfim de Almeida Correia, propõe a aprovação em minuta, a fim de produzir efeitos imediatos nos termos do que dispõe o número quarto do artigo quinquagésimo terceiro do Regimento da Assembleia Municipal, dos pontos um e dois da ordem de trabalhos. Quem vota a favor: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa, foi também aprovada por unanimidade, com trinta votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, esta proposta de minuta relativamente a estes pontos um e dois desta assembleia.

----- Não participou na votação o Senhor Deputado Municipal Vítor Manuel Santiago Tavares, do Grupo Municipal do MIAP. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Dou por encerrada a sessão, mas antes dir-vos-ei do gosto que tive de estar aqui e de, pronto, vos desejar um regresso, embora qualquer dia tenhamos também carreira para vos levar a casa. Faltam alguns casos especiais que não sei, mas conseguiremos, um abraço para todos. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão ordinária do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e dois, quando eram dezassete horas e seis minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente -

O Primeiro Secretário -

A Segunda Secretária -
